

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Os impasses do Plano Collor

Quatro meses depois da posse, o governo começa a se cercar de fortes evidências de crise enquanto cresce a combatividade dos trabalhadores.



Em Volta Redonda, com o ABCD a capital da resistência ao Plano, dez mil operários carregam a chave símbolo da democratização da CSN.

O novo curso da
Convergência Socialista

Especial:
Um encontro histórico
da esquerda latino-americana

Porto Alegre
O feminismo
vai às ruas

INPRECOR
Correspondência de Prensa Internacional
para América Latina

**Lela INPRECOR
- AMÉRICA LATINA -**



Nº 4 : Cuba: As razões de uma fidelidade crítica / Chile: Entrevista a Pedro Buskovic / México: Um novo período histórico do movimento operário / Uruguai: A crise de identidade do PCU.



Nº 5 : El Salvador: Entrevista a Comandante Ana Martinez / Nicarágua: A FSLN frente à reforma da UNO / Colômbia: Eleições, narcotráfico e esquerda / América Central: Informe aprovado pelo Comitê Executivo Internacional.

Para receber cada nº da Inprecor, envie um cheque de Cr\$ 100,00 em nome Fábio Pereira dos Santos, à Rua Artur de Azevedo, 556 - CEP 05404 - São Paulo.

ASSINE EM TEMPO:

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Normal: Cr\$ 500,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00

Nome : _____

Endereço : _____

CEP : _____ Cidade : _____

Estado : _____ Telefone : _____

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal à:

Fabio Pereira dos Santos
Rua Artur de Azevedo, 556
Cep 05404 - São Paulo - SP

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da
tendência Democracia Socialista do P.T.

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda Rua Artur de Azevedo, 556, Pinheiros - São Paulo. CEP 05404 - Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031

Editorial

1 - Collor e a crise nacional

O fantasma da ingovernabilidade já começa a rondar o Planalto, abrindo com ela a possibilidade de reacender a crise do regime da "Nova República".

Há pouco mais de quatro meses de sua posse, o governo Collor guarda muito pouco da autoconfiança e da capacidade de iniciativas com que assumiu o posto. Foram tantas já as vezes em que contrariou promessas de campanha, adiou ou atravessou metas, expôs-se a escândalos de corrupção, meteu-se em desencontros com o Legislativo e o Judiciário, enfim, que já é a sua própria credibilidade que está em jogo.

Este feito às avessas - esta capacidade de semear à sua volta a ingovernabilidade - está gravado na consciência popular. O índice de aprovação do Plano que leva o nome do mestre na arte de enganar o povo caiu 45% nos últimos dois meses (de 54% para 31%), de acordo com o jornal Folha de São Paulo de 23/6.

O Plano sofreu a maior queda de aprovação nos centros urbanos e entre os trabalhadores de baixa renda, exatamente ali onde mais ilusões havia semeado.

Fala-se na rápida "sarneização" do governo. A analogia é tentadora: descreve bem os sintomas iniciais de uma situação de crise de governo que já conhecemos. Mas devemos nos esforçar para compreender o que há de comum e o que há de específico nas duas situações.

Atualidade da crise nacional

O que há de comum entre os governos Sarney e Collor é o fato deste último estar tendendo também a ser, por um caminho diferente, refém da crise nacional que abala a sociedade brasileira. Isto é, ao invés de serem governos-pontes para solucionar a crise de um ponto de vista burguês, tomarem-se, por força de suas contradições e debilidades, vítimas da crise.

Temos insistido sempre na centralidade do conceito de crise nacional para evitar apreciações impressionistas das conjunturas vertiginosamente dinâmicas pelas quais temos passado. É um conceito que abarca todo um período

da luta de classes e não um momento, uma conjuntura apenas. Dá conta de uma crise estrutural, isto é, que é produto de uma longa acumulação de eventos da luta de classes e que não se resolverá por uma intervenção parcial ou localizada. Esclarece que é uma crise global, que a crise econômica já ganhou tal profundidade que se tornou um fator primeiro de politização da sociedade. Alerta que é preciso ter uma projeção muito ousada da possibilidade de alterações rápidas nas correlações de forças entre as classes, na consciência popular. Enfim, aponta que é a disputa pela saída da crise, em última instância, a lógica da luta de classes no período.

São todos elementos imprescindíveis para se analisar o que está se passando com o governo Collor.

A crise nacional passou por um importante processo de maturação nos anos do governo Sarney. Collor assumiu com uma tripla herança acumulada: fracasso do pacto social e hegemonia da CUT no movimento sindical; fracassamento dos partidos burgueses e vigoroso crescimento do PT; hiperinflação combinada com ineficácia aguda dos instrumentos de política econômica do governo.

De saída, a legitimidade que conquistou nas urnas foi colocada em xeque pelo teste da governabilidade econômica. Um fogo cruzado: para implantar uma saída coerente da crise do ponto de vista burguês teria que ser um governo muito mais forte; a crise econômica irresolvida rebate com força duplicada sobre a credibilidade de seu governo.

Uma árvore com enraizamento problemático - não conta nem com um acordo estável no grande capital nem com partidos ou coalizão de partidos fortes - é sacudida pelo vento. O governo oscila de humor e de atitudes. Toma iniciativas desencontradas. E, ao agir assim, alimenta a própria crise.

É muito cedo para fazer um diagnóstico definitivo sobre a capacidade de iniciativas do governo Collor. Mas é correto

dizer que o fantasma da ingovernabilidade já ronda novamente o Palácio do Planalto.

Qual hipótese?

Na primeira edição deste ano - a de fevereiro - analisamos três hipóteses de possibilidades de desenvolvimento da conjuntura após a posse de Collor.

A primeira hipótese (avaliada de difícil viabilidade) era a de que Collor implantasse a governabilidade na economia, impusesse derrotas profundas ao movimento operário e, a partir daí, estabilizasse uma base parlamentar para governar. A segunda hipótese: Collor entraria em uma dinâmica de crise crescente, cuja saída seria capitaneada por forças de oposição burguesa através de uma negociação parlamentar. A terceira: o governo entra em uma dinâmica de crise, com o PT e as forças populares disputando a saída em uma correlação de forças favorável.

É o momento de fazer o primeiro balanço destas três hipóteses. Com a multiplicação de indícios de crise no governo Collor, temos que nos preparar para trabalhar no campo das duas últimas hipóteses. O que significa isso?

Está aqui a grande diferença entre o quadro de crise vivido pelo governo Sarney e um possível contexto de agravamento da crise do governo Collor: a primeira projetava naturalmente a sua resolução no quadro das instituições vigentes com a realização de eleições diretas para presidente em um horizonte próximo; a segunda não conta com este ponto de fuga. Isto é, pelo calendário vigente só haverá a possibilidade de um novo governo em 1995. E até lá?

Crise de regime

Constatávamos no período final da crise do governo Sarney, que esta vinha acompanhada do início de uma crise de regime: a luta de classes tendia a passar cada vez mais por fora das insti-

tuições e leis da "Nova República" e, além disso, o próprio controle burguês sobre a institucionalidade estava em perigo com as chances muito reais de Lula chegar à presidência da República. De qualquer forma, dizíamos, a evolução e os ritmos desta crise de regime estavam muito ligadas ao resultado das eleições presidenciais.

Sem "ponto de fuga", uma crise do governo Collor será vivida de forma profundamente entrelaçada à crise do regime da "Nova República". A perspectiva de realização de um plebiscito sobre a forma de governo em 1993 - ou até antes, se for necessário, como especulam alguns políticos burgueses - reforça esta análise.

Do ponto de vista das classes dominantes, uma tal crise de regime seria vivida em dois pólos de atração: um, a tentativa de alienar a saída da crise das massas, via algum acordo no Parlamento (ou mesmo a introdução de algum tipo de parlamentarismo qualificado) que renove as bases políticas e a capacidade de governo central; outro, a tentação da militarização da vida do país, o que não implica em golpe de Estado, já que a atual Constituição prevê inúmeros mecanismos de intervenção das Forças Armadas.

Do ponto de vista dos trabalhadores, esta crise do regime repropria com toda a sua centralidade o problema da democracia, da participação das amplas massas no controle do Estado e na definição dos rumos do país.

Correlação de forças

Constituir uma alternativa de governo e oferecer uma saída democrática radical à crise do regime em gestação são, portanto, os dois elos que devem dar coerência e perspectiva à nossa atuação na atual conjuntura.

Estes dois elos estão sendo disputados aqui e agora. Pois a capacidade dos trabalhadores disputarem com viabilidade a saída da crise depende dos deslocamentos da correlação de forças que consigamos operar na presente conjuntura.

Dois grandes fatos da luta de classes definirão esta correlação de forças no futuro próximo.

O primeiro deles é a capacidade dos trabalhadores, como movimento de massas, oporem de um ponto de vista nacional - inclusive com o uso da greve geral - a resistência ao Plano Collor.

O segundo deles é o resultados das eleições de outubro e novembro, que definirão os governos estaduais e a composição do próximo Parlamento.

2- Os impasses do Plano

O Plano Collor choca-se em duas barreiras: a ausência de pressupostos políticos para sua implementação e os limites da ação da recolta neo-liberal em um país periférico e dependente.

O primeiro objetivo do Plano Collor era restabelecer o controle sobre a inflação e garantir as condições mínimas de estabilidade para a operação dos instrumentos de política econômica do governo.

A quatro meses do lançamento do Plano, podemos dizer que estas metas estão muito longe de serem alcançadas.

O controle compulsório de 115 bilhões de dólares de ativos financeiros depositados nas cadernetas de poupança, contas correntes e - a medida mais ousada do Plano - foi em grande medida neutralizado pelas vias de escape e pressão do grande capital. De acordo com estimativas do próprio Banco Central, ao final do segundo mês após a edição do Plano, cerca de 75 bilhões de dólares já tinham voltado à circulação. Se antes do Plano havia cerca de 4,2 trilhões de cruzados em movimento, agora 3,8 trilhões de cruzeiros já circulam na economia.

Apenas os pequenos e médios poupadores não teriam conseguido escapar ao cerco do confisco.

O resultado é o retorno das pressões especulativas, em uma situação em que os mecanismos de poupança financeira do governo perderam muito em credibilidade.

As medidas tomadas para enfrentar o déficit público tiveram já suas metas várias vezes revistas pelo próprio governo. É difícil fazer um cálculo realista do significado real das demissões no funcionalismo - muito aquém do anunciado pelo governo - para o orçamento federal; as medidas tomadas no campo de tributação, como se analisou neste jornal quando o Plano foi lançado, foram de pouco impacto e tendem a ser em grande medida anuladas pela recessão.

Após o fracasso da desastrosa tentativa de pacto social - em um clima, de fato, farsesco - o governo anunciou uma Lei Salarial que tem poucas condições de se implantar. Confrontada com uma onda ascendente de greves (ver página 4), recebendo todo tipo de restrições de setores importantes do empresariado, rejeitada até pelo Congresso conservador, esta Lei Salarial está predestinada a ser apenas mais um episódio no conflito entre

preços e salários que já dura desde o governo Figueiredo.

Juros altos, preços de monopólio liberados, reajustes de tarifas públicas, retomada dos conflitos distributivos entre capital e trabalho: os índices de várias instituições já marcam a volta da inflação a mais de 10% e uma tendência à aceleração.

Do lado das contas externas, a situação é dramática: um ano de moratória forçada no pagamento dos juros da dívida externa, com o acúmulo de 8,5 bilhões de dólares de não saldados (as reservas cambiais estão em 7,5 bilhões de dólares). A estratégia de Collor de retomar negociações com o FMI com o trunfo de uma certa estabilização da economia foi atropelada pela reclassificação do Brasil pelo governo americano na situação "valor prejudicado", isto é, na condição de mau pagador.

Política industrial

Sem conseguir controlar a inflação, sem alcançar sucessos no plano do ajuste fiscal, sem estabilizar uma política de salários, o governo Collor tomou a iniciativa de lançar um novo plano industrial.

O plano industrial tem um objetivo claramente neo-liberal. Visa forçar a reestruturação competitiva e a modernização da indústria no Brasil através da exposição programada à concorrência internacional. A proteção tarifária foi reduzida, desburocratizaram-se os procedimentos para importação, foram criadas mais facilidades para o investimento internacional. De imediato, é a indústria têxtil e a importação de carros com menos de 1000 cilindradas que são afetadas. Uma comissão foi instalada para propor grandes alterações na lei de reserva de mercado para informática.

Não há nada, porém, que garanta a reestruturação competitiva da indústria instalada no Brasil pelo livre jogo das forças de mercado.

Já analisamos neste jornal as dificuldades da aplicação do neo-liberalismo nos países periféricos (ver os artigos "O vó cego do liberalismo", edição de setembro de 1989, e "Rumo a um mar

de danos", edição de março/abril de 1990).

O Relatório de Competitividade Mundial realizado pelo Management Institute for Development (uma escola suíça de administração), a partir de um levantamento entre doze mil executivos de todo mundo, coloca o Brasil em nono lugar entre os países em desenvolvimento atrás da Singapura, Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul, Malásia, Tailândia, México e Indonésia.

A pesquisa engloba 326 critérios de avaliação, divididos em "quantitativos", que são os indicadores econômicos de cada país, e "perceptivos", isto é, as entrevistas com os empresários. Entre os fatores que mais influenciaram para a má colocação do Brasil diante dos investimentos capitalistas estão o baixo dinamismo dos mercados interno e externo brasileiros, a falta de recursos humanos, a instabilidade socio-política e a ausência de mecanismos eficazes de controle dos monopólios.

A exposição da indústria nacional à concorrência internacional sem estarem garantidos as condições de investimento pode resultar no contrário da modernização para setores importantes da economia: perda de posições e, até mesmo, desindustrialização.

O fato do neo-liberalismo não conseguir atingir seus objetivos econômicos em nada diminui o impacto do corte de sua lâmina afiada sobre os interesses populares.

O primeiro e maior impacto é o desemprego causado pela dinâmica recessiva do Plano. Há várias previsões de que a recessão este ano pode ser maior inclusive do que verificada em 1981 (). Os dados da Fiesp indicam o corte de 170 mil vagas na indústria paulista no primeiro semestre deste ano. O Dieese registrou para junho uma taxa de desemprego na Grande São Paulo de 10,6%, índice só verificado em 1985.

O funcionalismo público continua em um estado de apreensão permanente de demissões.

Apesar de sucessivos adiamentos, com a recusa dos bancos em transformarem seus ativos em Certificados de Privatização, continua a ameaça sobre as estatais da área petroquímica e siderúrgica.



O controle compulsório de 115 bilhões de dólares - a medida de maior impacto do Plano - vazou: ao final do segundo mês, 75 bilhões já tinham voltado à circulação.

3- O novo ciclo das greves

A linha grevista ascendente que contabilizou, segundo dados iniciais para o mês de junho, 1.574.828 trabalhadores desafia inclusive a forte pressão da recessão que se abate sobre a economia.

A maneira como o movimento sindical brasileiro venceu os primeiros momentos de perplexidade e hesitação e armou uma grossa linha de resistência à implementação do Plano Collor será lembrada por muitos anos. Um novo e poderoso ciclo grevista, repleto de situações exemplares do espírito classista e combatividade, que constitui sem dúvida o principal fato da luta de classes na atual conjuntura.

A linha grevista ascendente desafia inclusive a forte pressão recessiva que se abate sobre os trabalhadores. O movimento operário se vale aqui e agora do acúmulo político e organizativo que foi contruído ao longo da década de 80.

Esta é a particularidade - o segredo a ser revelado e resolvido pela vanguarda - deste novo ciclo grevista. Ele se apoia e dinamiza uma alteração na correlação de forças em favor dos trabalhadores que vai acumulando condições para a construção de uma saída democrática e popular para a crise da sociedade.

Os elementos defensivos e ofensivos, porisso mesmo, estão muito misturados nestes movimentos de resistência dos trabalhadores ao Plano. É aí nesta passagem - da resistência disseminada mas dispersa ao ataque frontal e unificado - que está concentrada toda a tensão do momento.

Extensão do ciclo

As informações contabilizadas pelo ministério do Trabalho em quatro colunas na tabela apresentada nesta página (total de greves, contingente de trabalhadores paralisados, dias parados e jornadas paradas), comparando-as com os dados de 1989, fornece alguma base analítica para estudar as características deste novo ciclo grevista. Importante: os dados dos ministérios não contabilizam a greve geral dos dias 14 e 15 de março do ano passado. Os números relativos a junho de 1990 são iniciais e devem ser bastante superiores.

O que a tabela mostra com clareza é a rápida ascensão das greves, após o primeiro período pós Plano Collor que vai de meados de março a abril.

Uma comparação muito expressiva: apesar de ainda incompletos, os dados em relação às greves de junho deste ano já quase superam os de junho de 1989, considerado pelo ministério do Trabalho como o ano em que mais ocorreram greves no Brasil desde 1964.

De acordo com o ministério do Trabalho, foram registradas em junho 9 greves nacionais, 72 estaduais, 231 municipais e 18 em mais de um município.

Os trabalhadores de educação e cultura lideraram neste mês as greves com 8.884.270 jornadas paradas, seguidos pelos operários da indústria com 7.901.253.

Ainda para o mês de junho, foi o setor público - em geral, o funcionalismo estadual - quem parou ou mais nos números

computados. E a principal reivindicação foi a reposição salarial a partir dos índices do IPC.

Três marcas

Apesar de terem sido realizadas praticamente ao mesmo tempo e com pautas semelhantes, estas greves acabaram se consumindo em dinâmicas isoladas de negociação.

Muitas greves tiveram como elemento de apoio importante a disputa pelas conquistas também nos tribunais, aproveitando amplamente as brechas legais que as medidas governamentais apresentaram. Foram muitas as categorias em luta que tiveram confirmadas as suas reivindicações pelos Tribunais Regionais do Trabalho e até pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Uma situação particularmente difícil é a enfrentada pelo funcionalismo federal, provavelmente o setor mais afetado pelo arrocho salarial. Eles estão com os salários congelados desde janeiro e foram excluídos da recente Lei Salarial aprovada pelo Congresso, que prevê reajuste mensal automático para aqueles que recebem até cinco salários mínimos.

A ofensiva ideológica vinculando o funcionalismo público à corrupção e a privilégios, a política de demissões em massa desencadeada pelo governo geraram uma situação de paralisia da categoria que havia marcado o ciclo anterior de greves com a sua combatividade.

Radicalização e política

Em particular, as greves metalúrgicas do ABCD e de Volta Redonda (ainda em curso quando do fechamento desta edição) têm sido duríssimas. Governo e patrões, fechando espaços de negociação, exigem a máxima tensão. No ABCD, a direção sindical tem se valido de táticas flexíveis de paralisação, inclusive com ocupação, valendo-se da organização no interior das grandes metalúrgicas. Em Volta Redonda, a greve com adesão e controle completo da usina, espria-se para a cidade promovendo uma amplíssima frente ampla entre sindicato, associações populares e pequenos comerciantes.

O movimento dos Sem Terra, após realizar um combativo Congresso em Brasília, continua testando a tática das ocupações de terra com resistência e prepara uma ofensiva para o próximo período.

A força acumulada nos polos de vanguarda, a radicalização explosiva que se manifesta nas lutas, a extensão nacional do movimento de resistência, a hegemonia incontestável da CUT, o ambiente intenso de politização que ocorrerá neste segundo semestre com as disputas eleitorais: tudo isto vai somando as condições para dar à resistência ao plano neo-liberal a consistência de um poderoso movimento político de massas.



A trincheira resiste

Volta Redonda, como em outras conjunturas críticas, volta a desempenhar um papel chave na luta do movimento operário brasileiro.

A greve dos metalúrgicos de Volta Redonda-RJ, iniciada em 11 de julho, entrou no segundo momento. A CSN aposta numa "queda-de-braço" com os trabalhadores na tentativa de impor uma "derrota exemplar" a uma categoria de vanguarda do sindicalismo brasileiro. Trata-se da greve mais forte já organizada pelo Sindicato na CSN.

Passou o momento da negociação estritamente trabalhista para agora a greve se construir como uma trincheira disputadíssima no combate em torno às medidas da política econômica do governo Collor. Todo o movimento sindical combativo deve tomar ciência desta situação e assumir esta luta como sua.

A reivindicação dos trabalhadores é a reposição das perdas na data-base e o pagamento dos atrasados da empresa para com os funcionários. A contraproposta da empresa é de 17% de reajuste e o pagamento do devido em 50 meses. O Tribunal Superior do Trabalho em Brasília praticamente assumiu a proposta da empresa, alegando dificuldades financeiras da CSN.

A CSN é dominada hoje por agentes do grupo Monteiro Aranha, ex-sogro do Collor. Segue uma estratégia de desconhecer o Sindicato dos Metalúrgicos e disputar a consciência dos trabalhadores.

Nesses meses já distribuiu mais de cem boletins tentando "fazer a cabeça" da peãozada e buscou, em todo momento, chamar às Confederações (inclusive a de Medeiros) para negociar, apostando no enfraquecimento do Sindicato.

Mas teve que se curvar frente à evidência: a categoria está mais forte que nunca. A greve agora demonstra um total domínio do Sindicato sobre a situação. Sem piquetes nem ocupação ao estilo tradicional, o Sindicato controla a fábrica através do consenso ganho entre os trabalhadores, distribuindo tarefas nos setores onde deve ser feita a manutenção das máquinas e equipamentos, escalando turnos, retirando os funcionários excedentes.

Para o governo Collor essa é a contradição: como tentar a privatização da CSN (e seu "saneamento" prévio) sem "controlar a cabeça" dos trabalhadores da usina? Volta Redonda é assim uma espécie de laboratório para Collor de um impasse que ele deve resolver no Brasil todo: não haverá aplicação do seu plano sem derrotar os setores mais organizados da classe. Collor busca uma derrota exemplar da CUT na CSN.

Lutamos para ter uma vitória exemplar cuja força se espalhe por toda a classe.

4- O PT e as eleições 90

O nosso crescimento nestas eleições será um elemento decisivo para dinamizar a crise do governo Collor e conquistar posições para disputar a construção de uma alternativa.

Se avaliamos que a tendência predominante hoje é a da criação de uma dinâmica de crise do governo Collor, é preciso retirar todas as consequências desta avaliação.

É necessário reconhecer, em primeiro lugar, que foi exatamente no debate sobre a evolução do governo Collor e as tarefas da conjuntura que se manifestaram as maiores debilidades do 7º Encontro Nacional do PT. O partido saiu ideologicamente fortalecido nas suas definições socialistas, na sua democracia interna, reorganizou de forma profunda a sua direção (ver matéria abaixo). Mas pouco avançou em suas orientações táticas e estratégicas.

Uma boa parte das polêmicas, das hesitações e atritos surgidos no debate sobre as alianças eleitorais deve-se, sem dúvida, as lacunas nas formulações táticas e estratégicas. Estas mesmas lacunas puxam para trás o potencial político da resistência dos trabalhadores ao Plano Collor, desorientaram a vanguarda classista no esforço de preparação de uma greve geral.

Para nós, a referência fundamental que organiza a nossa visão da conjuntura é a disputa política pela saída da crise, num quadro de instabilidade do governo e do regime burguês e numa correlação de forças na qual os trabalhadores estão tensionados a apresentar, desenvolver as condições e conquistar a sua alternativa.

Objetivos nas eleições

A primeira consequência desta visão é nacionalizar a disputa que se trava na eleição dos governadores, deputados federais e estaduais. Devemos transformar estas eleições num plebiscito sobre o governo Collor, reacender na consciência popular os elos de ligação entre as candidaturas de hoje e a campanha de massas pela eleição de Lula presidente.

Quanto menos posições conservadoras na institucionalidade tiver o governo Collor mais rápido e mais profundo será o seu processo de crise. O nosso crescimento eleitoral - a conquista de governos estaduais, de mandatos no Congresso e nas Assembleias estaduais - será um elemento importante na disputa por qual saída vai se gestar no interior da crise do governo Collor.

As indicações de desgate de Collor - dificilmente invertidas no ambiente recessivo que seu governo impulsiona - o crescimento das lutas populares conformam um quadro estruturalmente propício ao crescimento eleitoral do PT. Este, após a grande crise que abalou o PMDB, continua sendo nacionalmente o partido que conta com a melhor estrutura organizativa e enraizamento.

Por outro lado, a disposição das candi-



O desafio de reacender os elos com a esperança

A nova direção

Na reunião do Diretório Nacional de 14 e 15 de julho, em Brasília, foi escolhida a primeira direção executiva segundo o critério da proporcionalidade.

O processo de montagem da nova direção executiva foi a busca de acordo político entre as diversas correntes. Partia-se da necessidade de definir funções e responsabilidades para todos os membros, constituindo-se secretarias e secretarias adjuntas. Houve acordo em se fazer um balanço e possivelmente algumas alterações nesta composição depois do período eleitoral de 90.

A direção executiva ficou assim composta:

Lula - presidente, eleito no 7º Encontro; Luis Gushiken - 1º vice e secretário sindical; José Genoíno - 2º vice e adjunto da secretaria de assuntos institucionais; Benedita da Silva - 3º vice e secretária de movimentos populares; José Dirceu - secretário - geral; César Alvarez - secretário de organização;

Perseu Abramo - secretaria, relações com o governo paralelo; Augusto de Franco - secretaria, preparação do 1º Congresso; Marco Aurélio Garcia - secretaria de relações internacionais; João Machado - secretaria de comunicação e imprensa; Marcos Sokol - adjunto da secretaria de comunicação e imprensa; Gilberto Carvalho - secretário de formação política; Valério Arcari - adjunto do secretário de formação; Jorge Almeida - secretaria da juventude; Hamilton Pereira - secretaria agrária; Luis Dulci - secretaria política setoriais; Eduardo Jorge - adjunto da secretaria de movimentos populares; Eurides Mescoloto - tesoureiro geral; Raul Pont - 1º tesoureiro; Gumercindo Milhomen - líder da bancada.

Foi decidido também que os petistas que fazem parte da Executiva Nacional da CUT devem escolher três membros para acompanharem as reuniões da Executiva Nacional do PT, evidentemente como observadores, sem direito a voto.

daturas burguesas nos principais estados do país atestam a permanência de um grau importante de dispersão. O governo Collor, que teria teoricamente a função de fator de aglutinação das forças políticas conservadoras, adota conscientemente nestas eleições um perfil rebaixado.

Governo paralelo

Deve ser revalorizada neste sentido, a proposta de um governo paralelo, de caráter supra-partidário, retomada pela última

reunião do Diretório Nacional do partido. Tal iniciativa contribui para dar maior visibilidade, concretizar aos olhos das massas o que seria e o que faria um governo do PT.

O que precisa ser mais desenvolvido são quais iniciativas poderiam cumprir a função de retirar esta iniciativa do plano puramente da propaganda, vinculando-a à luta de massas e a consciência popular em processo de radicalização. Se estas iniciativas não se concretizarem, a proposta corre o risco de ficar à margem dos acontecimentos.

Crise do regime

Em terceiro lugar, é preciso que o PT comece a formar a sua posição sobre qual alternativa apresentará à crise do regime da "Nova República", que pode vir com o aprofundamento da crise do governo Collor. Trata-se de um debate difícil, complexo, que cruzará certamente pontos de vistas clássicos e soluções inovadoras com desdobramentos estratégicos.

Hoje, o partido não tem um programa claro sobre este tema. Alterna uma defesa genérica do poder popular - sem definir o que entende por isso - com uma certa adaptação as estruturas estatais onde é governo. No debate travado no Congresso Constituinte, foi na prática polarizado - em especial, a sua bancada parlamentar - entre o presidencialismo e o parlamentarismo. No programa democrático e popular da candidatura Lula, há apenas elementos importantes mas insuficientes sobre a democratização do Estado.

Este debate estará tanto mais no centro da conjuntura quanto maior for a crise do governo Collor. E é incontornável: sem estas definições, a oposição intransigente do PT do governo Collor e a apresentação à sociedade de um governo alternativo ficam sem uma continuidade lógica.

Que diremos aos trabalhadores acossados por uma das crises mais profundas que a sociedade brasileira já viveu: que esperem o final do ano de 1994 para eleger um novo presidente? E até lá?

Até mesmo as forças burguesas mais conscientes sabem que é impraticável a manutenção de um situação de ingovernabilidade por anos seguidos. E estudam desde já fórmulas para "salvar" o governo via alguma solução negociada no Parlamento.

O PT, por mais razões ainda, estará desafiado a propor uma saída democrática radical, adaptada ao grau de consciência e organização popular, para esta crise de regime.

Ao mesmo tempo em que preparamos as condições para um avanço do PT em suas definições programáticas e estratégicas, devemos ir criando a partir das próprias instâncias de direção do partido, um campo comum de proposições para enfrentar as grandes lacunas organizativas de nosso movimento.

Tais avanços terão no 1º Congresso Nacional do PT, previsto para o próximo ano, o seu fórum natural de resolução. É significativo também o fato de que no próximo ano, a CUT deverá realizar um Congresso decisivo para sua história.

5 Trilhas da resistência

A direção da CUT se mostrou desorientada no período que antecedeu à posse do Collor e continuou com movimentos ambíguos depois da decretação do Plano.

A tentativa de concluir algum pacto anti-recessivo com o empresariado, a desmarcação da greve geral de 12 de junho e as negociações que levaram à reunião de 18 de junho em Brasília, foram suas expressões mais evidentes.

Para sair do quadro de paralisia que essa política deixou, a Central precisa:

1. reconhecer que tem uma responsabilidade fundamental na educação dos trabalhadores sobre a necessidade de uma saída da classe frente à crise nacional.

2. Colocar a energia de resistência que os trabalhadores vêm demonstrado para uma perspectiva de unificação, em um patamar de "nacionalização" da luta.

3. A CUT é a única organização dentre os movimentos sociais que tem possibilidade de convocar a todos os setores populares para conformar um bloco de resistência à política do governo, integrando as reivindicações sindicais, dos movimentos de bairro, dos sem terra do campo, das mulheres, dos negros.

4. A CUT deve intervir nos processos eleitorais estaduais exigindo dos candidatos um posicionamento frente a essa plataforma e um apoio às mobilizações contra as políticas do governo, ligando a luta direta de massas e a institucional.

5. A CUT deve trabalhar a perspectiva de uma greve geral no período que se abre como forma de unificar e nacionalizar o confronto com o Plano do governo e todas suas iniciativas anti-populares.

Nesta perspectiva geral, porém, a Central deve dar respostas específicas a questões candentes que constituem os pontos nevrálgicos da conjuntura.

Defesa dos salários

O Plano Collor leva na sua alma o arrocho e o fim dos reajustes salariais automáticos (conquistados no final do governo Sarney). Por isso, as reposições conquistadas nos primeiros cem dias e a votação da Lei Salarial no Parlamento constituem derrotas importantes do governo.

Temos que levar essa derrota até suas últimas consequências, fazendo uma grande mobilização pela reconquista do reajuste automático, tendo como apoio institucional - inclusive - a Lei aprovada pelo Congresso (e o provável veto presidencial).

A permanência da inflação acima dos 10% no mês de julho contribui para colocar esta reivindicação na ordem do dia.

Mas essa luta não pode se apoiar no

fato institucional, inclusive porque a lei aprovada no Congresso exclui todos os funcionários públicos (um dos setores mais mobilizados até 89 e um dos alvos da política Collor). A ressonância parlamentar tem que ser o resultado e não o centro da tática da CUT; o centro é o movimento de massas.

Opressão do desemprego

A burguesia usará para valer a arma do desemprego. Seja pela via da política econômica conjuntural recessiva, seja pela via da modernização neo-liberal, a idéia do governo Collor é desarmar o movimento sindical via desemprego.

E já rendeu seus frutos, a idéia de que é preciso negociar (ceder) em outras reivindicações (salários) para segurar o desemprego é moeda corrente no movimento sindical.

É o passo para o pacto social, que nada mais é que transigir nas reivindicações (salariais e de condições de trabalho e vida) e parar com as mobilizações em troca de emprego. O que é uma farsa: na Espanha, país onde ocorreu o Pacto de Moncloa, o desemprego atinge hoje os 20%, junto com um grande arrocho salarial.

O movimento sindical não pode olhar apenas quem está empregado. Tem que ter propostas para evitar o crescimento do desemprego. Deve proteger os que já ficaram desempregados.

Ocupar os locais de trabalho para evitar as demissões é a medida mínima para enfrentar o primeiro problema. E exigir do Estado que arque com os custos da sobrevivência do desempregado (a) a resposta mínima para o segundo.

Neste sentido, a Central tem que discutir uma campanha para que a pessoa que está desempregada seja poupada do pagamento de todos os impostos e tarifas públicas, assim como não seja permitido o despejo de inquilinos desempregados que não possam pagar aluguel. Num país onde de fato não existe previdência social (salário-desemprego) é o mínimo que deveria se conquistar para a massa de desempregados.

Sem terra

O governo Collor, como "gerente" dos interesses do grande capital monopolista, busca atacar os trabalhadores rurais sem terra e os pequenos produtores rurais. A defesa desses trabalhadores passa por um entrosamento da luta pela terra e por uma política agrícola para os pequenos produtores.

O movimento dos sem terra deu prazo ao governo e prepara uma grande campanha pela conquista da terra: vinculá-la ativamente à construção da greve geral, às ocupações de locais de trabalho contra as demissões e as greves



por reposição e reajuste é a forma concreta de evitar que os trabalhadores rurais sejam alvo isolado das forças repressivas.

Estatais e serviço público

Collor busca privatizar as funções do Estado e transferir capital do Estado às empresas privadas (prioritariamente multinacionais). Essas duas políticas conduzem a um ataque às condições de trabalho no serviço público federal e nas empresas estatais e uma perda para toda a população.

A Central deve buscar articular uma defesa das empresas estatais contra as privatizações e do serviço público contra a reforma administrativa de Collor, desde dentro, a partir de iniciativas dos trabalhadores desses setores, com o apoio de amplos setores populares.

Para tanto, os trabalhadores devem apresentar à sociedade alternativas para sanear as empresas públicas e melhorar os serviços sociais do Estado desde a perspectiva dos interesses da classe trabalhadora. Isto é, nossa defesa do emprego no funcionalismo federal e do caráter estatal das empresas em questão parte, não de interesses apenas corporativos, mas de interesses nacionais expressos desde um ponto de vista dos trabalhadores. E nisto os companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda têm demonstrado o caminho, com o plano de saneamento da usina da CSN.

O governo Collor abriu um novo momento da disputa política no país. O movimento sindical precisa se colocar nesse novo patamar. Enfrentar esta conjuntura é a pré-condição para habilitar a enfrentar a reconversão industrial proposta na Nova Política Industrial, a crise da governabilidade do governo Collor e a disputa de projetos na retomada da crise de regime político que pode ocorrer a partir do seu aprofundamento.

É nesse sentido que precisamos de um movimento sindical renovado, mais politizado, atento aos novos desafios.

A Plenária Nacional da CUT convocada para agosto próximo é uma oportunidade única para recompor a capacidade de direção do movimento sindical e coesionar as forças vitais para o segundo momento da resistência ao Plano Collor.

A consciência feminista vai às ruas

*No rastro da indignação em torno à morte de duas mulheres,
o movimento feminista gaúcho acende uma vigorosa
campanha pela legalização do aborto.*

Márcia Camargo

A legalização do aborto está em todos os muros e paredes da cidade de Porto Alegre. Está nos jornais, no rádio e na tv.

No dia 4 de abril, Maria Helena Guterres, escriturária, mãe de quatro filhos, que morava num bairro de periferia na cidade de Canoas, morreu após aborto mal feito numa clínica no centro de Porto Alegre.

Os grupos feministas, Coletivo Feminista de Porto Alegre e Centro Autônomo de Estudos da Mulher colaram em toda a cidade um cartaz que diz:

"Chega de Hipocrisia

Maria Helena Almeida Guterres morreu dia 4 de abril de 1990, vítima de um aborto mal feito. Sozinha enfrentou a dor e a morte. No Brasil, a cada hora 200 mulheres fazem aborto. Vinte morrem. Maria Helena foi mais uma. Maria Helena é qualquer uma de nós."

Pouco mais de um mês depois, Fábila Fialho, 17 anos, solteira, de Cachoeirinha, cidade da Grande Porto Alegre, acompanhada pelos pais foi atendida numa clínica de abortos no centro de Porto Alegre e morreu, vítima de complicações na aplicação da anestesia. Desta vez, a polícia prendeu os pais da vítima.

Um novo cartaz foi colocado na cidade, questionando a condenação aos pais de Fábila. O cartaz dizia: "De quem é a culpa? Os pais de Fábila, que a acompanharam à clínica de abortos, foram presos e sofrem processo como co-autores. Crime é condenar o ato de amor dos pais de Fábila. Estar com ela foi, em nosso entendimento, corajoso e solidário. Nós denunciemos os verdadeiros culpados: a sociedade que silencia, a igreja que condena, a polícia. O aborto tem que ser legal, assistido e gratuito."

A coragem de desafiar a versão oficial do "crime" praticado por estas mulheres, a revoltante hipocrisia com que a sociedade trata o problema atuaram como uma faísca que fez explodir a discussão.

Tiradas do anonimato, contadas suas histórias reais, conhecidas suas vidas, foi impossível para a sociedade sustentar a culpa destas mulheres.

A falsa moral, a conduta hipócrita da sociedade e as determinações do Código Penal, nos cinco artigos em que trata do tema, condenando sua prática, foram postas em questão. Aí começa a nossa história.

Vítimas do machismo

Os números do aborto no Brasil são uma



combinação do desconhecimento dos temas da sexualidade, principalmente entre os jovens e da imposição social do machismo.

A diferenciação econômica entre homens e mulheres concretiza-se na vida de cada mulher, através de um salário médio feminino correspondente a 60% do salário médio masculino ou, usando outro dado, 58,6% das mulheres ocupadas em 1985 recebiam até um salário mínimo. A taxa de integração de mulheres à atividade econômica que era de 28,7% em 76, subiu para 36,9% em 1985 e estima-se que alcance os 44% no início dos anos 90, com um crescimento anual de 5,6%, contra os 2,9% verificados entre os homens.

No entanto, a depressão deste crescimento é verificada claramente entre os 25 e 29 anos, quando a mulher é retirada do mercado de trabalho para cuidar dos fi-

lhos, denunciando a inexistência de aparelhos sociais que liberem a mulher desta tarefa.

Além dos dados estatísticos, são conhecidas as práticas das empresas, exigindo plano teste negativo de gravidez para o ingresso e, mensalmente, a exibição do absorvente.

Outro dado que denuncia a condição da mulher em nossa sociedade é o nível de precariedade do emprego. O dobro de mulheres, em números relativos, trabalha sem remuneração, não considerado o trabalho doméstico, e quase 50% das mulheres assalariadas não possuem carteira assinada pelo empregador. Some-se ainda a situação da mulher no campo, que embora recentemente tenha obtido reconhecimento da profissão, continua, na prática, à margem dos benefícios sociais.

Ocupação feminina

Consideremos os setores de atividade e a concentração da mão de obra feminina: 32,1% na prestação de serviços, 18,4% no setor agrícola, 17,1% no setor social, 11,6% na indústria de transformação e 10,4% no comércio de mercadorias, dados de 1985. Em termos relativos, em dois ramos de atividade as mulheres são maioria absoluta: 65% no setor de serviços e 73% nas atividades sociais. Isto revela a permanência de ocupação feminina vinculada às tradicionais tarefas domésticas, que contribui para a desprofissionalização e desvalorização do trabalho feminino.

É preciso destacar, no entanto, a tendência ao crescimento da mão de obra feminina em setores dinâmicos da economia, como a eletro-eletrônica e a mecânica fina.

Por último, queremos destacar a elevação da escolaridade feminina. No 1º e 2º grau há equivalência entre escolaridade feminina e masculina, com pequena predominância de mulheres. O dado mais surpreendente, no entanto, é a inversão histórica em relação ao ingresso na universidade, onde hoje o número de mulheres é maior. Quando observamos a faixa superior aos 30 anos, entre os alfabetizados, encontramos uma situação inversa. A taxa de alfabetização dos homens é mais alta que a das mulheres. É isto que comprova a recente alteração da tendência.

Quando dizemos que os números do aborto no Brasil, sejam eles os 4 milhões divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ou os 2,1 milhões admitidos pelo Dr. Aristodemo Pinotti, ex-secretário da saúde de São Paulo, falam de uma realidade brutal de discriminação e desamparo social da mulher brasileira, apresentamos uma face de luta pela legalização do aborto no Brasil.

O elevado número de mortes é um argumento forte pela legalização. Sejam elas as 400 mil divulgadas pelos dados da OMS ou sejam as mais prováveis 70 mil admitidas numa relação entre o número de casos de complicação atendido no INAMPS e o total de abortos praticados. Mas nem de longe é o principal argumento para nós mulheres, que lutamos pela nossa completa autonomia.

Forum pela legalização

Dia 27 de junho, quando lançamos o Forum pela legalização do aborto em Porto Alegre e tornamos público um manifesto de mais de cem adesões, entre sindicalistas, políticos, artistas e mulheres do nosso movimento estávamos dizendo claramente:

nossa luta é para valer.

Na caminhada que fizemos, desde o esforço recente de sair às ruas em noites frias de abril, colando cartazes de denúncia, desde o esforço da coleta de assinaturas em 1988, "às pressas e com o coração na mão", nas palavras de Dinah Lemos, uma das articuladoras da luta na Constituinte, desde os debates e manifestações na Esquina Democrática, de preto, estranhas e sós, aprendemos muito.

O Fórum pela Legalização do aborto significa para nós o reconhecimento da necessidade de nos aliarmos e construir um movimento social mais amplo pela legalização do aborto no Brasil. Mas significa também a compreensão de que esta aliança não pode nos envolver em amarras.

Muitos do que vêm a nós hoje para lutar pela legalização do aborto o fazem por "um ato de piedade" frente ao sofrimento que é infligido à mulher na condição de mãe em nossa sociedade. Este sofrimento é muito real, já falamos dele. Mas frente a ele, nossa reivindicação é tirar a maternidade do desamparo e da condição de contingência: contingência econômica para aquelas que vêem o filho como o amparo na velhice. Contingência da pura ignorância daquelas que ainda crêem nos contos de fada e não conhecem os métodos contraceptivos. Contingência da mitificação da mãe e da solidão da mulher. Contingência do papel de esposa e demonstração da virilidade do macho. E tantas outras tristes e desumanas razões.

O reconhecimento piedoso do sofrimento das mulheres elevado à condição de consenso para justificar uma nova legislação sobre o aborto pode significar a legitimação da ação do Estado no controle sobre o corpo das mulheres. Uma legislação que, por exemplo, permita o aborto por razões sociais, isto é, por ausência de condições de manter o filho, criará uma regulação econômica discriminatória decidida, de fora para dentro e sobre as mulheres. Há quem proponha, inclusive, que a regulamentação preveja a palavra final para um juiz, representando o Estado. Este tipo de regulamentação do aborto é discriminatório sobre as mulheres e mais uma vez trata o corpo fragmentado, como depositário da reprodução e, nesse sentido, território nacional, sobre o qual a sociedade tem direitos.

Resgatar a autonomia das mulheres, entendida no sentido radical desta palavra, de autodeterminação é tarefa que o movimento feminista deve priorizar na luta pela legalização do aborto.

Opção e controle

A sociedade patriarcal desenvolveu-se a partir da derrota das mulheres. Foi preciso submetê-las a regras de um novo funcionamento social. Um dos elementos centrais desta batalha é o controle sobre a reprodução humana, feito através de diversos mecanismos.

O primeiro deles foi a certeza da paternidade, para assegurar a transmissão da herança. Assim, a evolução das sociedades matrilineares para patrilineares se deu pela imposição de regras de matrimônio que permitiam o controle da paternidade. Antes, só a mãe era reconhecida, já que as mulheres se relacionavam com vários homens e o mecanismo da reprodução eram desco-

nhecidos. A imposição da monogamia às mulheres correspondeu à construção social das sociedades de classes e/ou castas. Além das regras sociais, que quando transgredidas eram punidas pela lei até com a morte, vigentes ainda em nossos dias (o que é "legítima defesa da honra" senão a tradução desta regra?), a humanidade desenvolveu tecnologias para controlar a reprodução humana.

Estas tecnologias, aplicadas em escala social, realizam-se como anti ou pró natalistas, através de políticas populacionais, aplicadas de forma consciente e organizada a nível mundial.

No Brasil de hoje, temos uma média de 44% das mulheres em idade fértil esterilizadas, de acordo com os dados do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A BENFAM reconhece o sucesso de suas políticas antinatalistas para 27% das mulheres brasileiras. Há estados, como Goiás, onde a esterilização alcança mais de 70% das mulheres. No Rio Grande do Sul temos 38% de mulheres esterilizadas, de acordo com o IBGE.

Estes números correspondem a políticas antinatalistas que valem para os países do Terceiro Mundo e revestem-se de uma ideologia de classes e racista: "eliminar os pobres em lugar de eliminar a pobreza", como já foi denunciado.

Defesa da vida ?

A estes senhores, aos governos imperialistas e aos interesses da sociedade patriarcal interessa controlar a natalidade. Por isso sua atuação frente à questão do aborto é mera hipocrisia. As igrejas, que estão imersas nesta sociedade e dela sobrevivem, somam às leis dos homens sobre o aborto, pretensas leis divinas. Têm sido, no entanto, bastantes divulgadas as pesquisas e reconstituições da posição da igreja através da história em torno da questão do aborto, demonstrando que muito longe de dogma de fé, o aborto foi julgado de formas diferentes pelas igrejas em cada época.

Numa rápida reconstituição, podemos dizer que até meados do séc. XIX a interrupção da gravidez não era condenada se o feto não fosse considerado "animado", e as teorias de infusão da alma foram as mais variadas. Manifestações referentes ao aborto, voluntário ou praticado por outro, encontram-se no Cânone Aliquando, de Graciano; por manifestação do Papa Inocêncio II; no Cânone Siocut Es; e ainda nas Decretais do Papa Gregório IX, séc. XII. Foi o Papa Pio IX, em 1869, que inaugurou a condenação do aborto desde a concepção, encerrando a distinção milenar entre feto "animado" e "inanimado".

Esta reconstituição da opinião da Igreja Católica tem por objetivo apenas demonstrar que o controle sobre a opção da mulher em ter ou não filhos é um fenômeno social que responde a leis da história e não a leis divinas.

A proibição da igreja é um dos maiores elementos de coação sobre as mulheres contra liberdade de escolha. Esta coação atua em campos diferente da coação legal, que aliás na prática só serve para constranger as mulheres a fazer o aborto na clandestinidade com todos os riscos de saúde consequentes. A condenação moral e religiosa por sua vez culpabiliza as mulheres frente à decisão e em última instância serve para deslegitimar o ato

voluntário da interrupção da gravidez.

Importantes setores da Igreja Católica e de outras igrejas vêm adotando uma posição flexível frente à prática do aborto, coerente com uma trajetória de enfrentamento a falsos dogmas ou mesmo sensibilizados pela leitura clara que se pode fazer desta proibição como uma imposição farisaica da sociedade patriarcal sobre as mulheres.

Estas razões aproximam estes setores, como é o caso, recentemente, da posição anunciada por Frei Betto, da luta das mulheres pela legalização do aborto. Assim também encontraremos posições mais flexíveis em outros setores, como é o caso do Partido dos Trabalhadores e setores progressistas de outros partidos.

Autonomia das mulheres

A autonomia das mulheres só pode ser conquistada quando cada uma de nós puder ver-se e ser reconhecida como um ser inteiro.

A gravidez e a maternidade não podem ser vistas de forma isolada, como um processo que se dá no útero, conotações puramente biológicas. A sociedade dissocia o indivíduo e o vê dentro de uma função social específica para fins organizados por uma nacionalidade própria das grandes leis pelas quais se move. A mãe é um útero, os homens e mulheres produtivos são braços, os intelectuais, célebros. Esta fragmentação corresponde ao submetimento das potencialidades do indivíduo, corresponde à escravização do espírito humano.

A mulher na condição de mãe é encarada socialmente como um fragmento de mulher. A simbologia deste "ser" impõe a cada uma no concreto a condição de assexuada; de existir em função do outro, o filho; de vítima e provedora exclusiva de suas necessidades. Isso expresso em escala social, hoje, aprofunda o desespero de cada mulher que se vê na condição de mãe, pois a sociedade que a mitificou não lhe garante sequer o mínimo necessário para prover a existência do filho. É padecer no inferno e não no paraíso prometido.

Horizonte feminista

Houve momentos em que nosso movimento atuava de forma propagandista, apresentando a questão do controle sobre o próprio corpo com argumentos esquemáticos. Perdíamos em qualidade, do ponto de vista da apresentação da nossa luta por inteiro: a opção pela maternidade como um direito de livre escolha da mulher de ter filhos e, neste caso, a exigência do amparo social necessário; ou de não tê-los, para isso oferecendo educação sexual, conhecimento dos métodos contraceptivos e a possibilidade da prática do aborto com toda a infra-estrutura necessária fornecida igualmente a todas, através do Estado.

Assim, abrimos a discussão sobre a maternidade, sobre as circunstâncias que cercam a produção humana, sobre a família, sobre o livre exercício da sexualidade, enfim, a nossa luta ideológica contida no direito individual de "controle sobre o próprio corpo", com o sentido mais amplo de restituição do poder às mulheres, que é a verdadeira luta do feminismo.



Saindo às ruas em noites frias de abril, colando cartazes de denúncia, colhendo assinaturas em 1988 "às pressas e com o coração na mão", organizando manifestações na Esquina Democrática, de preto, estranhas e sós, aprendemos muito.

Corações e mentes da esquerda latino-americana

Celso Pacheco

João Machado

O encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe realizado em São Paulo nos dias 2, 3 e 4 de julho é um marco na história do partido.

Em um ambiente internacional difícil e marcado pela crítica aos projetos socialistas, o PT aprofunda de forma qualitativa o seu internacionalismo. Pela força que conquistou na luta de classes, pelo caráter plural das tendências que o compõem, o PT passou a ser um dos marcos centrais para a construção de um campo de unidade para a esquerda latino-americana.

Após dez anos de formação e crescimento a partir de marcos profundamente nacionais - que marcam inclusive a originalidade da experiência petista - o PT começa a incorporar mais diretamente elementos internacionais na sua vida. Já o 7º Encontro Nacional havia sido polarizado por debates que tinham uma relação direta com a história da luta pelo socialismo no século XX. Este Encontro latino americano coloca o PT em relação com um forum riquíssimo de debate sobre as experiências e estratégias mais diferentes da esquerda continental.

Presenças

Estavam presentes a maioria dos partidos e frentes mais importantes da América Latina e do Caribe como o Partido Comunista Cubano, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, a Frente Ampla do Uruguai (que governa a capital, Montevidéu), a Esquerda Unida Peruana (que governa seis das onze regiões administrativas do país), o Partido da Revolução Democrática do México (o partido de Cuauhtémoc Cárdenas, que ganhou as últimas eleições presidenciais, só não se tornando o presidente do país por uma gigantesca fraude), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (mexicano, seção da IV Internacional), o Partido Democrático Popular (Paraguai), o MIR, MAPU e Partido Comunista chilenos, o M-19 e o Partido Comunista da Colômbia, o Partido Comunista Equatoriano, o Movimento ao Socialismo, Partido Intransigente Popular e Partido Peronista das Bases da Argentina, o Partido



Um dos temas foi o de como fazer frente à ofensiva neo-liberal no continente.

Comunista da República Dominicana, o Movimento ao Socialismo da Venezuela.

O espectro ideológico era bastante amplo: ia desde um partido como o PRD mexicano, que não se define como socialista, mas sim como nacionalista revolucionário, a partidos socialistas que podemos considerar como social-democratas de esquerda e a partidos marxistas de diversas orientações como vários partidos comunistas (que faziam parte da antiga corrente do "comunismo oficial"), partidos de origem maoísta, partidos trotskistas.

As ausências mais importantes foram da Frente Sandinista, da União Nacional Revolucionária Guatemalteca e do Partido Socialista Chileno. Este encontro foi considerado pelos participantes como o mais importante das últimas décadas, tanto por ser o primeiro a reunir um leque tão variado de forças de esquerda, quanto pelo temário debatido e pela riqueza das discussões, pelo que a reunião revelou da situação do nosso continente e também pela perspectiva de continuidade.

Temas

A única resolução política aprovada no Encontro, marcando um amplo campo de unidade, é a Declaração de São Paulo, que reproduzimos na página 12.

Todo o esforço do Encontro foi

voltada para o debate dos novos desafios que estão colocados e a análise particular de algumas experiências, como a do PT e a situação atual da revolução cubana.

Isto se justifica por várias razões.

Em primeiro lugar, a crise do Leste significou uma crise de identidade para vários partidos e organizações revolucionárias latino-americanas que mantinham ainda uma visão "campista" da conjuntura internacional. Isto é, apesar de críticas em vários graus a eventuais erros e desvios cometidos no Leste, consideravam estes países como a "retaguarda estratégica da revolução". Em suma: a crise do Leste provoca todo um movimento de recomposição da esquerda latino-americana, que apenas está se iniciando.

A conjuntura latino-americana está também marcada por uma agressividade renovada do imperialismo, que avança nas brechas da política internacional praticada por Gorbachev no Terceiro Mundo. A invasão do Panamá, a abertura de bases militares na Colômbia e no Peru, a intervenção política nas eleições nicaraguenses, o aumento das pressões sobre a revolução cubana marcam esta série de agressões imperialistas.

Do ponto de vista econômico, há toda uma realidade comum, marcada por uma crise sem precedentes e a projeção da sombra do neo-liberalismo (ver artigos

nas páginas 10 e 11 e também nas páginas 17, 18 e 19).

O painel destacado no Encontro evidencia também que, apesar dos golpes recebidos (o mais duro foi a derrota eleitoral na Nicarágua), a esquerda e as forças populares na América Latina são uma realidade emergente. Crescem em muitos países e, em vários deles, constituem inclusive alternativas de governo.

É uma esquerda que está amadurecendo, desenvolvendo um pensamento próprio, mostrando uma capacidade nova de enfrentar os problemas. Os conservadores que alardeiam a "morte do socialismo" estão muito longe da realidade.

Continuidade

O Encontro aprovou que o PRD mexicano organizará uma nova reunião no ano que vem, para que o processo de intercâmbio se aprofunde e se amplie diante de questões que enfrentamos em comum.

Para nós, militantes petistas, o Encontro abre um campo novo de conhecimento, de debate e de militância que até agora apenas de forma muito parcial integrou nossos esforços.

O sentimento que partilhamos o mesmo destino com os trabalhadores e a vanguarda socialista latino-americana deve cada vez mais integrar o ideário petista.

Através de uma iniciativa do PT, reuniu-se em São Paulo um dos foruns mais importantes da esquerda latino-americana nas últimas décadas.

Declaração de São Paulo



“Nosso compromisso é a conquista do pão, da beleza e da alegria, nossa vontade de conquistar a soberania econômica e política de nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade.”

“Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos reunimos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe.

Inédito pela sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do sub-continente a compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial.

No decorrer de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, tratamos alguns dos grandes problemas que estão apresentados. Analisamos a situação do sistema capitalista mundial e a ofensiva imperialista, encoberta um discurso neoliberal, lançada contra nossos países e nossos povos.

Avaliamos a crise da Europa do Leste e do modelo de transição ao socialismo ali aplicado.

Repassamos as estratégias revolucionárias da esquerda desta parte do planeta e dos desafios que o quadro internacional coloca para ela. Seguiremos adiante com estes e outros esforços unitários.

Este encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação aos problemas. Desenvolveremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que demos início, aprofundaremos o debate e buscaremos avançar propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. Promoveremos também intercâmbios especializados sobre os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais com os quais está enfrentada a esquerda continental.

Constatamos que todas as organizações da esquerda, entendemos que a sociedade justa, livre e soberana e o socialismo só podem surgir e sustentar-se na vontade dos povos amarrada às suas raízes históricas. Manifestamos, para isso, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa à que aspiramos e o socialismo, não podem ser senão a mais autêntica das democracias e a mais profunda das justiças para os povos. Rechaçamos por isso mesmo toda pretensão de aproveitar a crise da Europa do Leste para estimular a restauração capitalista, anular as conquistas e direitos sociais ou estimular ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e do capitalismo.

Plano Bush

Sabemos, pela experiência histórica de submissão aos regimes capitalistas e ao

imperialismo, que as imperiosas carências e os mais graves problemas de nossos povos têm sua raiz neste sistema e que não encontrarão solução nele, nem nos sistemas de democracias restringidas, tuteladas e até militarizadas que são impostos em muitos de nossos países. A saída que nossos povos anseiam não pode ser alheia a profundas transformações impulsionadas pelas massas. (...)

A análise das políticas pro-imperialistas, neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos, seus trágicos resultados e a revisão da recente proposta de “integração americana” formulada pelo Presidente Bush para justificar as relações de dominações dos EUA com a América Latina e Caribe, nos reafirmam na convicção de que nada de positivo alcançaremos por esse caminho.

A recente proposta do presidente norte-americano é uma receita já conhecida, mas adocicada para fazê-la mais enganosa. Implica liquidar o patrimônio nacional através da privatização de empresas públicas estratégicas em troca de um irrisório



fundo ao qual os EUA destinariam cem milhões de dólares. Busca a aplicação permanente das nefastas “políticas de ajuste” que têm levado a níveis sem precedentes a deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução na dívida externa oficial com o governo imperial.

A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o governo dos Estados Unidos em apenas US\$ 7 bilhões não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total se eleva a mais de 430 bilhões de dólares, se incluirmos a dívida com os bancos comerciais e com os organismos multilaterais. Os cem milhões de “subsídios” prometidos aos países que aplicam reformas neoliberais não chegam sequer aos 0,5% dos 25 bilhões de dólares que a América Latina transferiu ao exterior só em 1989 por conta de juros, amortizações e remessas de capital estrangeiro.

Valor da soberania

Conhecemos a verdadeira cara do império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e contra a Revolução Sandinista na Nicarágua. Ao militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar norte-americana no Panamá, nos projetos e passos já dados de militarizar zonas andinas da América do Sul com pretexto de lutar contra o “Narco-terrorismo”.

Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a Revolução socialista de Cuba que defende firmemente sua soberania e suas conquistas; com a revolução popular sandinista que resiste às tentativas de desmontar a suas conquistas e reagrupa suas forças; com as forças democráticas populares e revolucionárias salvadorenhas que impulsionam a desmilitarização e a solução política à guerra; com o povo panamenho invadido e ocupado pelo imperialismo norte-americano, cuja imediata retirada exigimos e, com os povos andinos que enfrentam a pressão militarista do imperialismo.

Mas também definimos aqui, em contraposição à proposta de integração sob o domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Ela passa pela reafirmação da soberania e auto-determinação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe a defesa do patrimônio latino-americano, o fim à fuga e exportação de capitais do sub-continente, encerrar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. (...)

Neste março, renovamos hoje nossos projetos de esquerda e socialista. Nosso compromisso é a conquista do pão, da beleza e da alegria, nossa vontade de conquistar a soberania econômica e política de nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos nossa plena confiança em nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes forjarão, conquistarão e defenderão um poder que faça realidade a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos com os erros cometidos, assim como o das vitórias alcançadas. Armados de um inegociável compromisso com a verdade e com as causas de nossos povos e nações, nos pomos a caminhar, certos do espaço que agora abrimos e preenchemos junto aos demais agrupamentos de esquerda latino-americanos e caribenhos com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerce de uma América Latina livre, justa e soberana.”

São Paulo, 4 de julho de 1990.

O novo curso da Convergência Socialista

**Um grande passo positivo:
a CS faz a crítica ao sectarismo da postura de fração pública
e decide por um engajamento amplo na construção do PT.
Aqui, uma análise dos avanços e tensões deste processo.**

Joaquim Soriano

A realização da Conferência Nacional da Convergência Socialista no dia 11 de julho em São Paulo deve ser considerada um grande marco positivo na relação desta corrente política com o PT e na sua própria evolução. Por 67 votos contra 12 e 2 abstenções - o critério de delegação de acordo com a comissão de organização era de 1 delegado para 50 na base - a Conferência adotou uma resolução que critica como sectária a proposta de construção da CS como fração pública do PT, aceita se enquadrar no regulamento das tendências petistas e define o PT como o partido estratégico da revolução brasileira.

A Conferência foi assistida pelos companheiros Cesar Alvarez e Joaquim Soriano, representando o DN do PT.

Os avanços, tensões e contradições desta Conferência Nacional merecem ser amplamente discutidos pelos petistas. Formam um dos elementos que compõem o novo quadro que se abre na construção do PT. E têm uma importância particular para nós, da tendência Democracia Socialista, que há longos anos viemos combatendo fraternalmente a visão sectária da CS na construção do partido revolucionário no Brasil.

Antecedentes

A Conferência da Convergência Socialista se relaciona com o debate sobre a regulamentação do direito de tendência que antecedeu o 7º Encontro Nacional. Como é sabido, o 5º Encontro Nacional do PT, realizado em dezembro de 1987, garantiu o direito de tendência e delegou ao Diretório Nacional ali eleito a tarefa de regulamentá-lo. Este encaminhamento ficou congelado durante dois anos. Nos últimos meses de gestão do Diretório Nacional, que foi renovado no 7º Encontro, passos preciosos foram dados no sentido da regulamentação.

Nas definições da direção nacional do PT, de março de 1990, a Convergência Socialista era considerada uma "tendência ambígua" e chamada a se transformar de direito e de fato em tendência interna do PT.

Várias reuniões foram realizadas entre representantes da Convergência Socialista e a Comissão da Executiva Nacional - formada pelos companheiros Perseu Abramo, Cesar Alvarez e João Machado. A comissão esclareceu que o não reconhecimento da Convergência Socialista como tendência interna devia-se à sua prática :



Ao final da Conferência todos cantam a Internacional

"encaminhamento externo ao partido de posições e ações políticas próprias, distintas das definidas pelo partido; atuação de parlamentares divergente do partido; distribuição do jornal externamente ao partido; manutenção de sedes públicas próprias e outras formas de atuação pública; tudo isto configurando uma corrente com atuação política própria, no movimento de massas, concorrente com a do partido."

Aspolêmicas

A primeira divergência no interior da Conferência foi sobre a participação ou não dos membros da Direção Nacional do PT. O companheiro Eduardo Almeida, da Coordenação Nacional da CS, defendeu a presença da Direção Nacional, dizendo que não há porque as tendências fazerem debates fechados.

Foram 25 votos pela saída e 56 pela permanência.

A segunda polêmica - a decisiva - se deu em torno ao documento básico. Havia duas propostas que tiveram igual tempo para serem apresentadas aos delegados. Havia muita concordância sobre a avaliação da situação mundial, o balanço do governo Collor e sobre a luta dos trabalhadores neste período.

A discussão se concentrou exatamente sobre a construção do partido revolucionário do Brasil.

A minoria defendia que a Convergência Socialista era o "PT das lutas" e que a direção do PT, a Articulação, freava as lutas. A CS deveria continuar aumentando a sua influência de massas, com imprensa

e sedes próprias. A minoria propunha claramente que a CS se considerasse uma fração pública do PT.

A maioria - aí englobando toda a Coordenação Nacional da CS - argumentava que o PT era a maior referência política para os trabalhadores, "a principal instituição que o movimento operário brasileiro construiu." E mais: que durante a campanha Lula presidente, os trabalhadores deram um extraordinário salto para diante no seu nível de consciência. E que, portanto, a CS deveria se colocar como uma corrente interna ao PT e disputar a sua direção.

Reproduzimos após este artigo alguns trechos do documento da maioria, que foi aprovado com cerca de 80% dos votos.

Direito de tendência

A terceira polêmica foi sobre a aceitação da regulamentação do direito de tendência aprovado pelo PT. A Coordenação Nacional afirmava que, apesar de não concordar com a regulamentação, era favorável ao seu acatamento. A minoria, pelas razões expostas anteriormente, era contrária.

A divergência central com a regulamentação aprovada pelo PT incide sobre compreensão do que deve ser o "universo petista". Para o PT, é o conjunto dos seus filiados. Para a CS, deve ser conjunto dos lutadores sociais que necessariamente não estão filiados ao PT. Do ponto de vista prático, a CS deixa este debate para o 1º Congresso do PT, a ser realizado no ano que vem.

Esta votação deu 14 votos para a mi-

noría, 7 abstenções e 59 para a maioria.

Ao final da Conferência, os observadores do Diretório Nacional do PT utilizaram o direito à palavra para dizer que o que se viu e ouviu durante aquela conferência não deixava dúvidas de que a CS deveria ser reconhecida, com direitos plenos, como tendência interna do PT.

Raízes da mudança

Em um artigo de Américo Bernardes, publicado na edição de setembro de 1989 deste jornal, "O novo giro sectário da Convergência Socialista", anotamos de forma crítica a preocupante confluência de episódios e posicionamentos sectários da Convergência Socialista. Julho e Agosto haviam sido os meses mais difíceis da candidatura Lula e tudo parecia dar razão àqueles que acreditavam que a Frente Brasil Popular não chegaria ao segundo turno. A CS multiplicava seus ataques às resoluções do 5º Encontro e ao programa da candidatura e desenvolvia iniciativas flagrantemente em contradição com a centralização do PT.

Naquela oportunidade, argumentando contra os que defendiam a tomada de posições administrativas de exclusão da CS, propúnhamos o método de travar uma luta política contra suas concepções sectárias, visando integrá-la, através da pressão e do convencimento, à construção do PT.

Hoje, as posições minoritárias na Conferência Nacional da CS se parecem bastante com a sua prática predominante

naquele período. O que mudou?

Em primeiro lugar, o papel positivo e a hegemonia do PT entre os trabalhadores brasileiros tornaram-se tão avassaladores que só mesmo uma posição muito alienada da realidade poderia defender a viabilidade de uma corrente como a CS disputar com o PT no movimento de massas.

Em segundo lugar, o Diretório Nacional desencadeou um processo de regulamentação das tendências - com repercussões diretas inclusive na concessão de legendas para a disputa eleitoral deste ano - que trouxe à tona e pressionou para o rompimento de uma ambiguidade real na postura da CS.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, houve uma evolução positiva nas posições da direção da CS (ao que tudo indica, em compasso com as posições defendida pela direção do Movimento ao Socialismo, partido argentino com o qual a CS mantém relações privilegiadas). A Conferência Nacional sistematiza e consolida um novo curso de integração ao partido que, de fato, já vem se manifestando desde os primeiros meses do ano.

Tensões

Este novo curso da Convergência Socialista precisa, no entanto, se consolidar. Não será um processo sem tensões: a CS, em todos estes anos, veio se constituindo como uma corrente muito fechada à convivência partidária e precisa passar por todo um esforço de construir referências políticas comuns para o diálogo com as outras tendências partidárias.

Chama a atenção, em primeiro lugar, a própria maneira como a mudança de posição é apresentada. A CS não faz auto-crítica alguma à sua postura omissa e sectária em relação à construção do PT durante todos estes anos. Apresenta a mudança de posição como mera adaptação a uma nova conjuntura.

A caracterização desta conjuntura, por sua vez, tanto a nível internacional como a nível nacional, é flagrantemente insustentável. Há uma clara superestimação da natureza revolucionária do período em curso no Brasil. Para a CS, vivemos em uma situação revolucionária no Brasil desde 1984! Há aqui uma clara confusão entre uma crise de um regime burguês e a crise do próprio Estado.

O sectarismo, em compasso com esta visão esquerdista é revivido na caracterização simplista e sectária da tendência Articulação. A CS nega a relevância fundamental da tendência majoritária à construção do PT; simplifica a sua heterogeneidade e riqueza; enumera apenas os momentos de crítica.

Este sectarismo ganha um tom assumidamente arrogante quando a CS afirma de forma linear e simplista a sua condição de alternativa de direção do PT, desprezando de forma absoluta as outras tendências do partido.

Tais posições, se coerentes para demarcar posições e estimular artificialmente a militância, revelarão toda a sua debilidade à medida que a CS for se integrando à natureza plural e de massas do PT.

Mas o fundamental é que a Convergência Socialista reconhece o PT como principal instrumento estratégico para construir uma direção revolucionária. Acertar e errar com o PT. Sofrer o conjunto de suas experiências, fazer balanços, debater, disputar posição. Este é o processo que o momento cobra.

Trechos da resolução majoritária

Arquivo CS



Valério Arcary da CS, membro da Executiva Nacional do PT

"Para nós, as possibilidades de avanço da revolução mundial nunca foram tão boas. A ordem erguida em Yalta e Pötsdam está abalada com o avanço da rebelião das massas no Leste e no Oeste. O vírus revolucionário está contagiando as massas trabalhadoras da Europa capitalista, como demonstra, por exemplo, a greve bancária que abalou o governo Carlsson na Suécia. Na África do Sul, as mobilizações revolucionárias libertaram Mandela e estão destruindo o regime do Apartheid. No Oriente Médio, a Intifada, uma insurreição palestina se mantém há dois anos nos territórios ocupados, abre uma crise insolúvel dentro do Estado de Israel. E, na América Latina, todos os regimes democrático-burgueses que surgiram na década de 80 após a derrota das ditaduras militares estão em crise sem exceção, fustigados por mobilizações operárias cada vez mais poderosas."

"O Brasil vive, desde 1984, uma situação revolucionária, que definimos, retomando Lenin, como aquela em que os de cima já não podem mais governar como antes e os de baixo não aceitam mais viver como antes."

"Por duas oportunidades diferentes, essa situação atingiu o seu estágio mais elevado, o da crise revolucionária, um momento em que o governo entra em colapso e se produz um vácuo de poder: em 1984 e no final de 1989."

"A crise revolucionária fez entrar em cena um novo dado da situação política, decisivo para toda a próxima etapa: o surgimento, ainda incipiente, do poder dual. Como sabemos, a dualidade de poderes é característica das crises revolucionárias, que caracterizam o monopólio do poder da burguesia sobre o aparelho de estado começa a ser abalado pela força da luta das massas. Episódios vários do final do ano passado mostram como o poder da bur-

guesia estava abalado e as massas na ofensiva. Enquanto o governo Sarney estava quase destruído, as massas assumiam a candidatura de Lula e levavam-na para as praças e os locais de trabalho, enfrentando muitas vezes os patrões para levar o nome de nosso candidato para dentro das fábricas."

"Mas, a dualidade de poderes é ainda uma tendência: ela não chegou a constituição de organismos que institucionalizassem este poder. Não sabemos se estes organismos poderão ser os conselhos populares, as comissões de fábrica ou outros que venham a se constituir. Devido à conjuntura defensiva, é provável que haja ainda muitas dificuldades até chegar à sua institucionalização."

"Mas, de qualquer forma, essa é uma tendência que pode vir a se acelerar em breve, e para a qual temos que dedicar toda nossa atenção e esforços."

"Nossa corrente, a Convergência Socialista é a mais dinâmica, a corrente que mais cresce hoje em dia dentro do PT. Nosso programa e nossa política são os únicos que, em última instância, explicam os acontecimentos atuais no nosso país e em todo o mundo. Também são os únicos que levam, até as últimas consequências, as lutas pelas necessidades dos trabalhadores."

"O PT estendeu a sua influência de massas a partir das últimas eleições presidenciais, configurando-se hoje claramente como o maior partido operário do país. O PT é uma referência de independência política para milhões. Seria um grave erro fazer um leitura simplificada da realidade e pretender que a CS tem influência de massas enquanto corrente. O que ocorre é que, como parte do PT e à medida em que este se massifica, o nosso peso entre os petistas é, proporcionalmente, cada vez maior."

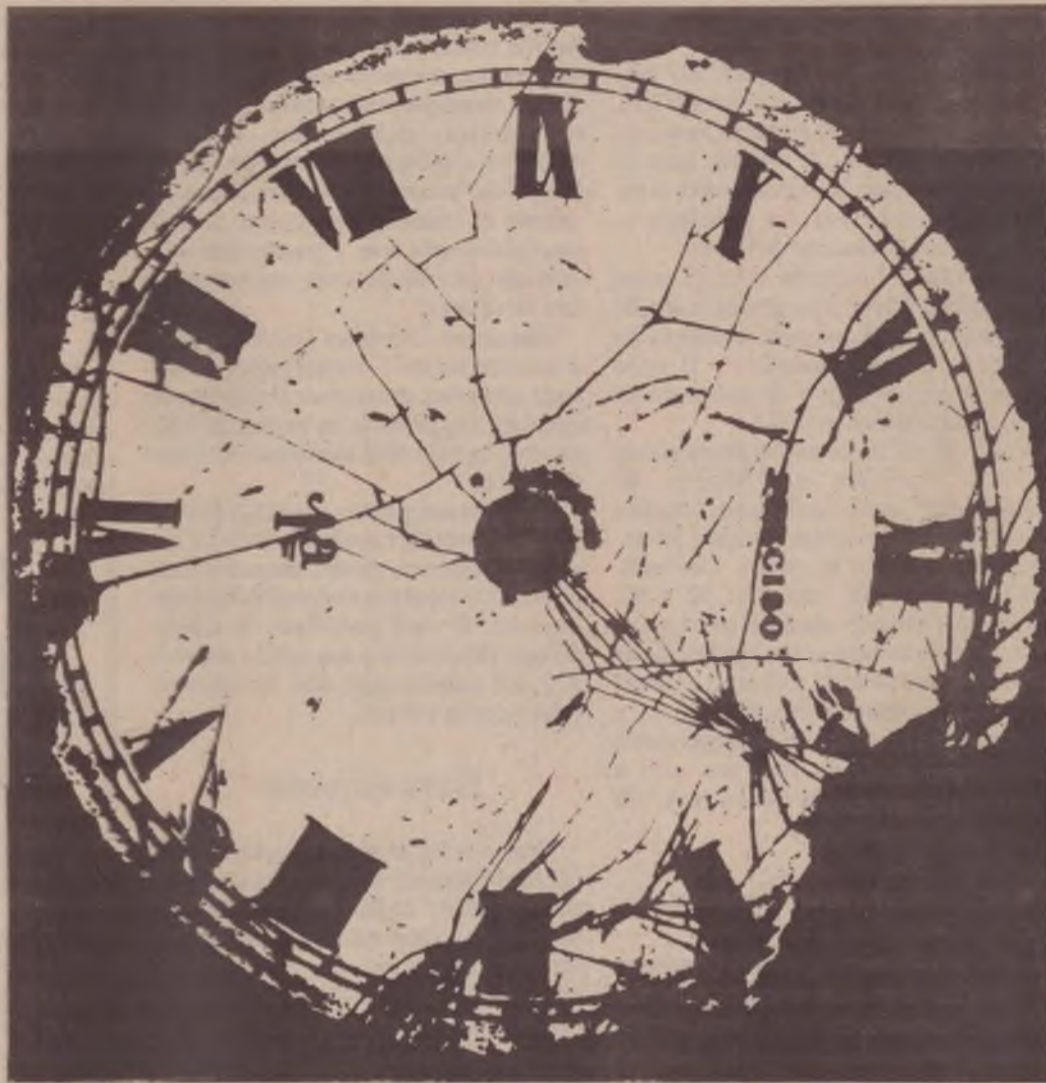
"Não pensamos que o PT seja uma

frente ou um partido passageiro. Pelo contrário; quem é passageiro é a direção, a maioria da Articulação na direção nacional do partido. A nova etapa da revolução mundial abriu o período, no Brasil, da disputa da direção. As massas encaminham-se objetivamente para o nosso programa, para a nossa política e não para a da Articulação. A disputa pela direção está colocada cada vez mais."

"Há companheiros que não pensam assim, que consideram que nosso papel é disputar a direção do movimento de massas por fora do PT. Esses companheiros não entendem nada nem sequer da história da CS. Não lembram, por acaso, que a idéia do PT surgiu de nossa corrente? Não lembram que a primeira proposta do PT aprovada em uma instância da classe trabalhadora foi feita pelo nosso companheiro Zé Maria? Os companheiros que deixam de lado a disputa pela maioria do PT na verdade fazem frente com aqueles que, na Articulação, querem ter as mãos livres para levar o partido ao caminho da conciliação de classes. Não entendem a importância da disputa pela direção do PT, para construir o partido como ferramenta da emancipação dos trabalhadores e do socialismo com democracia. Esse é o nosso caminho. Por isso, o pior erro em que poderíamos incorrer neste momento seria o sectarismo. Temos que ter claro que muitos petistas que estão hoje na Articulação estarão amanhã a nosso lado, em nossa corrente. O mesmo podemos dizer das outras correntes (VS, DS, Nova Esquerda). Esses companheiros, mais tarde ou mais cedo, terão que optar entre as duas alternativas coerentes que se apresentam hoje para o PT: a nossa e a da Articulação. O avanço da revolução, produz as mais inesperadas mudanças na cabeça das pessoas. Por isso, nosso princípio tem que ser trabalhar com todos os petistas, sem preconceitos. Esse é o caminho para disputar a maioria do PT."

Suécia

Crise no país da utopia social-democrata



Uma das âncoras da campanha mundial da burguesia imperialista contra o movimento socialista é o regime social-democrata da Suécia. Lá estaria a prova material e presente, atual e viva, de que é possível o progresso social sem luta de classes. Na Suécia, vigora um pacto social firmado pela central sindical do país, pelos patrões e pelo governo, resultando em alto padrão de vida, salários condignos, sem necessidade de greves.

Tudo isto é apresentado em contraste com o redondo fracasso das ditaduras burocráticas do Leste europeu, como se estas fossem a legítima encarnação do projeto socialista. A social-democracia, se oferece como alternativa para o socialismo revolucionário e a luta de classes dos trabalhadores da cidade e do campo. A verdade é que o "modelo sueco", exportado como a panacéia universal para os quatro cantos do mundo está em crise, precisamente nesta hora, em 1990.

Quem faz o levantamento crítico da situação é a militante sueca e dirigente do Partido Socialista Sueco (Seção da IV Internacional), Maria Sundvall.

O ministro das Finanças, um dirigente social-democrata, sai do governo para entrar no Conselho da Administração da Volvo. As manifestações do 1º de Maio só reuniram em torno da metade dos participantes "habituais". O maior sindicato da Europa do Norte, o Sindicato dos trabalhadores municipais de Estocolmo, com 50 mil filiados, recusa manter sua filiação ao partido social-democrata e exige a demissão do presidente da Confederação Nacional Sindical. O governo prepara uma nova lei para proteger altos funcionários da polícia responsáveis pela prisão ilegal de refugiados curdos e palestinos. Os deputados aumentam seus próprios subsídios em 20%, enquanto o poder de compra dos salários está em queda desde 1976. (A redução é calculada em 2.700 dólares). São sintomas da mudança do clima social e político do país, para não dizer que são sinais de crise.

Esta crise é, sem dúvida, uma surpresa para muita gente no exterior, para quem a Suécia era oferecida como exemplo de desenvolvimento social harmonioso. Atualmente, o "modelo sueco" é exportado desde a Polônia até a Espanha, dos países bálticos à Nova Zelândia.

Um elevado nível de vida e garantias sociais, com um pacto social entre governo, grande indústria e os sindicatos, sem recurso a greves. É verdade.

Convém examinar esse "modelo" tal como existiu e se reproduz em certos domínios, para não esquecer um ponto essencial: ele foi construído em condições históricas muito particulares, tanto para os capitalistas como para o movimento operário sueco. É preciso recordar a fundação do partido social-democrata (SAP) em 1889.

Embora criado sob princípio da "luta de classes", foi influenciado de saída pela ala revisionista do partido social-democrata alemão (SPD). Desde 1886, seu dirigente, Hjalmar Branting, declarava que as eleições parlamentares poderiam substituir a revolução na tomada do poder.

A classe operária sueca, na época, era jovem, recentemente chegada dos cam-

dos trabalhadores sobre suas próprias organizações:

Em 1906, a Confederação sindical sueca assinou o "compromisso de dezembro" com a organização patronal. Em troca do direito às convenções coletivas tinham que aceitar o famoso artigo 23, que permitia a dispensa de trabalhadores. Houve muitos protestos, mas não foi possível



"A Suécia não participou da Segunda Guerra Mundial. Isto foi decisivo: entre 1939 e 1945, as fábricas suecas produziram a pleno vapor para os países em guerra. Depois, competiram vantajosamente com as indústrias europeias devastadas pela guerra."

pos, e crescia rapidamente (50 mil operários industriais em 1830, 265 mil em 1900). Ainda inexperiente, entrou em massa nos sindicatos que, em pouco tempo, se tornaram extremamente centralizados.

Uma camada de intelectuais proveniente dos círculos liberais, entre eles o próprio Branting, uniu-se a esses sindicatos.

Pegadas na história

O crescimento rápido e a centralização, bem como a influência de intelectuais burgueses e pequeno burgueses facilitaram uma burocratização precoce do partido social-democrata e dos sindicatos, favorecendo a influência reformista, o reforço da linha de colaboração de classes, no terreno político e o enfraquecimento do controle

modificar o acordo.

Em agosto de 1909, a Confederação conclamou à greve geral, pois os patrões, há mais de um ano, vinham reduzindo salários e ameaçavam demitir 80 mil trabalhadores. Depois de um mês de paralisação, a Confederação decidiu recuar, decretando a derrota da greve geral. Foram demitidos 20 mil operários. Numerosos militantes foram incluídos na lista negra e tiveram que sair do país. Alguns milhares de sindicalistas mais combativos fundaram uma Federação anarco-sindicalista. Sairam da Confederação 50% de seus filiados. A esquerda do movimento sindical enfraqueceu-se.

Em 1917, o movimento de massas cresceu muito com as greves e motins da fome. Isto levou os social-democratas ao

governo, pela primeira vez, em coalizão com os liberais.

A esquerda do SAP capitaneou uma cisão e fundou o partido comunista (VKP). Logo que chegaram ao governo, os ministros socialistas-democratas abriram mão do compromisso com os liberais sobre o sufrágio universal, uma das principais exigências do movimento de massas.

Em 1928, foi adotada uma lei sobre negociação coletiva, com grande limitação ao direito de greve, através da adoção da chamada "limitação pacífica". O texto proíbe as greves depois da assinatura da convenção coletiva central.

Em 1938, a Confederação Sindical e os patrões firmaram o "Acordo da Saltsjobergs", estabelecendo um conjunto de disposições para regulamentar as negociações e limitar as greves. Continuaram nesse caminho nos anos 30 e 40, chegando à situação atual em que é quase impossível fazer uma greve legalmente na Suécia. Em cada área, a direção sindical pode vetar qualquer greve. Além disso, a direção central da Confederação, que abarca quinze pessoas, pode opor seu veto a qualquer greve que abarque mais de 3% dos membros de um setor.

Experiência de governo

O primeiro ministério social-democrata foi formado em 1932. O SAP permaneceu no governo até 1976 (com raras exceções, como governo de coalizão ampla, durante a guerra, e uma aliança com o partido camponês nos anos 50). Durante esse período, a Suécia se transformou totalmente: o antigo país agrícola tornou-se uma nação industrial. Foi construído um vasto setor público, ocorreram reformas em todos os domínios da sociedade e aumentou a riqueza social. Os social-democratas proclamam que tudo isto resultou de sua es-

"A terceira via social-democrata se transformou em um beco sem saída para os trabalhadores e numa auto-estrada para os capitalistas", afirma um líder sindical.

clarecida gestão.

Mas o que mais pesou, sem dúvida, foi o fato da Suécia não ter participado da Segunda Guerra Mundial.

Entre 1939 e 1945, as fábricas suecas produziram a pleno vapor para os países beligerantes. Depois, as empresas suecas puderam competir vantajosamente com as indústrias europeias devastadas pela guerra. O capital sueco sofreu lucros imensos da prosperidade do pós-guerra.

Foi durante esse período que o "modelo sueco" se formou. "O que é bom para a indústria é bom para a Suécia", disse então um dirigente social-democrata, o que se tornou a referência principal política do partido. Os social-democratas optaram por uma aliança a longo prazo com os setores mais modernos do capital sueco - as companhias que produzem para a exportação - e lhes cederam grandes vantagens.

A sociedade foi ajustada aos interesses

da grande indústria. Por exemplo, centenas de milhares de trabalhadores foram deslocados para novos centros de trabalho. Foram recompensados com salários que aumentavam regularmente, melhores moradias e melhor educação para os filhos. Tais "recompensas" pareciam o resultado do trabalho parlamentar do SAP em colaboração com a grande indústria, sem que os trabalhadores recorressem à luta de classes.

Este desenvolvimento "pacífico", mais a burocratização e centralização já bastante elevadas, esvaziaram o movimento operário. Hoje em dia, as seções do SAP, na prática, não têm nenhuma atividade militante.

Somente uns poucos aderentes participam das reuniões sindicais, mesmo nas grandes empresas. Aumentou mais e mais o fosso que separa os dirigentes dos trabalhadores. O atual presidente da Confederação Sindical tem um salário anual de 500 mil coroas, enquanto um operário médio ganha 140 mil.

Nova esquerda

Nos anos 60, surgiu uma onda de radicalização juvenil. Formou-se uma "nova esquerda" na Suécia, mais atida por questões de solidariedade internacional que agrupada à base de uma crítica aguda à sociedade de classes do país. Seus militantes provinham das classes médias e só tinham reduzida inserção no movimento operário tradicional.

As relações com a social-democracia tornaram-se a questão-chave para essa nova esquerda, navegando muitas vezes entre atitudes sectárias e posições oportunistas. Mas as diferentes organizações novas de esquerda declaram que a social-democracia não poderia ser reformada porque sua opção histórica era servir aos interesses do

consertar tudo e reerguer a indústria. Isto só será possível se permitimos o aumento dos lucros. Portanto, os trabalhadores, devem esperar alguns anos para que as coisas melhorem e possam receber a sua parte".

No princípio, as pessoas estavam realmente dispostas a engolir essa amarga pílula.

Fracasso da "terceira via"

Rapidamente, porém, a "terceira via" mostrou que não podia promover maiores investimentos e uma florescente atividade econômica. De fato, encorajava a especulação e uma redistribuição massiva de



"Após a derrota de um plano brutal de austeridade, o ministro das Finanças demitiu-se e foi premiado com um lugar no conselho da empresa Volvo."

renda do setor público e dos reduzidos salários em favor dos bancos, das companhias privadas e dos 10% de suecos mais ricos. O quadro foi assim resumido por um sindicalista radical: "A terceira via se transformou em um beco sem saída para os trabalhadores e numa auto-estrada para os capitalistas".

A virada social-democrata para a direita não se limitou à economia. O governo decidiu restringir o direito de asilo, enquanto favorecia as propostas dos empresários para trazer operários dos países bálticos. De acordo com os interesses da Volvo, decidiu construir nova auto-estrada ao lado de Goteborg e uma ponte sobre o estreito que separa a Suécia da Dinamarca, contra o movimento popular que exigia uma redução do tráfego automobilístico e da poluição. O SAP declara que não pode entrar no mercado comum, devido à sua tradicional neutralidade, mas na prática, vai preparando paulatinamente a legislação e ajustando-a aos critérios da Comunidade Econômica Européia. Novas medidas e projetos restringem as liberdades civis e os direitos democráticos.

Registra-se uma lenta retomada de luta operária e de mobilização popular. Mas a nota marcante ainda é um descontentamento passivo, como, por exemplo, nas eleições de 1988, nas quais o SAP perdeu 200 mil eleitores e outros 900 mil se abstiveram.

Explosão de cólera

Nada disso se compara com a explosão de cólera operária, na primavera de 1990. Em princípios de fevereiro, o governo social-democrata apresentou um plano de congelamento de salários e proibições de greves.

Era para impedir o movimento do funcionalismo municipal por aumento.

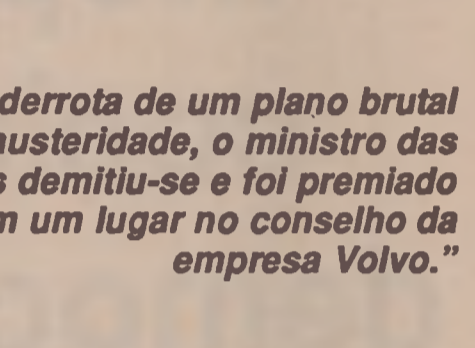
A resposta foi imediata e espontânea: greves de protesto; milhares de trabalhadores saíram do SAP; suspensão das contribuições de grandes sindicatos; exigência de demissão do presidente da Con-

federação sindical, Stig Malm, que tinha aceitado o plano anti-operário. Em menos de uma semana, o governo social-democrata recuou. O congresso recuou-se a votar a proposição.

O ministro das finanças, Kjell-Olof Feldt demitiu-se e foi premiado com um lugar no conselho de administração da Volvo. O governo apelou para um novo plano de austeridade.

A crise aguda passou, mas a social-democracia está insegura.

Pela primeira vez, o descontentamento se manifesta no terreno político e desemboca na formação de um novo partido operário - a Lista dos Trabalhadores que já conta com cerca de 26% dos votos ope-



rários segundo recente pesquisa. Mas a Lista tem debilidades: falta de clareza programática sobre numerosas questões e nas relações com outras correntes de esquerda.

O partido Socialista (seção sueca IV Internacional) defende a concepção que um novo partido dos trabalhadores só poderia se formar com o reagrupamento de diferentes correntes, a partir duma colaboração prática nos locais de trabalho e nas lutas sindicais. O novo partido deve ser uma estrutura aberta e tornar-se um local de intercâmbio de tradições, de organizações e de pessoas diferentes. Vários membros do SAP participaram da formação de seções locais da Lista, foram eleitos, mas impedidos de participar do congresso.

Certamente, haverá ainda dificuldades para os que lutam por uma ação unida da esquerda. Houve um refluxo na ampla atividade de massa.

Havia um real descontentamento, mas faltavam alternativas reais e com credibilidade. Hoje, assistimos a uma ligeira retomada das lutas, mas o imperativo de reforçar a unidade sob todas formas permanece.



A etapa atual do desenvolvimento capitalista mundial



Embora de leitura penosa, pelo largo uso de dados estatísticos, o artigo que reproduzimos a seguir é particularmente importante por que consegue evidenciar as grandes linhas históricas de desenvolvimento do mundo capitalista. Ele traz uma dupla contrabufção. De um lado, um aporte analítico de grande envergadura: mostra como desde os anos setenta - e ao contrário das décadas anteriores - o crescimento da economia capitalista deixou de ser orgânico, de conjunto. Os países do Terceiro Mundo - em particular da África, da América Latina e do Oriente Médio, - vêm experimentando situações de redução do crescimento, estagnação ou até mesmo decréscimo de suas economias. E mais: esta situação não se apresenta como cíclica mas acumulativa já que há uma redução drástica dos investimentos produtivos nestes países. De outro lado, o artigo fornece argumentos empíricos de denúncia contra os mitos criados pelo neo-liberalismo. Nunca foram tão profundas as desigualdades entre os países capitalistas desenvolvidos e os do Terceiro Mundo. Mais de 770 milhões de habitantes do planeta estão submetidos a um processo de empobrecimento absoluto.

Peter Drew

É quase impossível descrever de forma adequada a magnitude da ofensiva econômica imperialista e suas consequências. Ela foi lançada nos anos setenta e ganhou uma maior dimensão com a chegada de Reagan ao governo dos Estados Unidos.

Um pequeno pedaço desta realidade veio a público com o excelente livro "A fate worse than debt" (Um destino pior que a dívida), de Susan George.

Neste artigo, procuraremos mostrar uma imagem mais ampla do último período do desenvolvimento capitalista.

Os principais resultados do desenvolvimento capitalista mundial nas últimas três décadas estão resumidos na tabela 1. Esta tabela mostra o crescimento do produto Nacional Bruto (PNB) por habitante (que mede o PIB dividido pelo número de habitantes do país em questão), das economias capitalistas mundiais tomadas como um todo, das economias imperialistas (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE), da

África, Ásia e Médio Oriente e o Hemisfério Ocidental, excluindo os Estados Unidos e o Canadá.

Infelizmente, os dados do Fundo Monetário Internacional sobre a Ásia, a partir dos quais estão calculados os que aqui apresentamos, incluem a China, fato que melhora as cifras deste continente na medida em que este país teve uma taxa de crescimento maior que qualquer outro país central na última década. Contudo, não existem dados comparativos sobre a Ásia que não incluam a China.

Queda generalizada

Tomando de forma separada os diferentes setores da economia capitalista mundial, a característica principal do desenvolvimento nas três últimas décadas é a progressiva redução do crescimento do PNB per capita.

A média do crescimento anual do PNB per capita da economia capitalista mundial, diminuiu de 2,6% em 1960/70 para 1,6% em 1970/80, chegando a 1,3% entre

1980/87, último ano para o qual dispomos de cifras acumuladas. Durante os últimos trinta anos, o crescimento do PNB per capita da economia capitalista mundial diminuiu pela metade. Esta diminuição afetou a todas as regiões, exceto a Ásia.

Um simples exame demonstra que esta diminuição do crescimento é muito desigual. O crescimento do PNB per capita na Ásia não diminuiu, mas se acelerou; mais adiante comentaremos este dado. O crescimento do PNB per capita das economias imperialistas diminuiu, em termos médios, de 3,6% em 1960/70 para 2,3% em 1970/80 e para 2,1 em 1980/87: uma queda de 42% em três décadas.

Mais impressionante ainda é o fato de que desde 1980 o ritmo de crescimento tem sido negativo do PNB per capita, o melhor índice dos níveis de vida globais, está diminuindo nestes continentes.

Ocorreu nestes países um processo de empobrecimento absoluto. Estas cifras foram de -1,0% para a América Latina e o Caribe, -2,2% para a África e -2,7% para o Oriente Médio, no período que vai até 1985, que é

o último para o qual se têm dados. Estas cifras representam reduções absolutas do PNB per capita de cerca de 14% na África, 10% no Oriente Médio, 7% na América Latina e no Caribe.

Estas cifras são, no entanto, médias. A Nicarágua sofreu, desde a Revolução e em função de agressão dos contras, uma queda de mais de 50%. Uganda, Libéria e Zâmbia sofreram retrocessos de mais de 40%. A Bolívia suportou uma diminuição de mais de 30% e estes são somente alguns exemplos.

O giro dos anos 70

Nos anos 60, todas as zonas da economia capitalista mundial cresceram embora em ritmos desiguais. A partir dos anos 70, o mesmo não ocorreu. A economia capitalista mundial já não se desenvolve como um todo mas dividiu-se em duas partes: de um lado, os países industrializados e a Ásia que continuaram desfrutando de um crescimento do PNB per capita; e, por outro, África, América Latina e Oriente Médio

que experimentaram uma diminuição do mesmo.

Na realidade, os países da OCDE e Ásia formam uma unidade já que o crescimento rápido de alguns dos países recentemente industrializados da Ásia (Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong) se deveu às colossais inversões de capital originadas dos países imperialistas.

Está claro que o caminho da queda se impôs em muitas partes do mundo. Mais importante é o fato de que a queda é acumulativa e não cíclica, isto é, trata-se de um círculo de empobrecimento que se estende progressivamente. Uma vez abatido, um continente não é capaz de se recuperar e, de fato, por razões que explicaremos mais adiante, não se recupera.

Tomando esta progressão em ordem cronológica, o primeiro continente que experimentou esta queda em direção ao empobrecimento absoluto foi a África. O crescimento de seu PNB per capita cessou em 1974, ficando estancado até 1977 e diminuindo a partir deste momento (tendo em conta que estes dados incluem a África do Sul, as cifras seriam piores se contemplarmos somente a parte da África Negra ao sul do Sahara). Até 1987, o PNB per capita na África havia diminuído 15%, chegando ao nível de 1969. O continente africano retrocedeu, em termos de crescimento econômico, quase duas décadas.

Durante os últimos trinta anos, o crescimento do PNB per capita da economia capitalista mundial caiu para a metade.

Décadas perdidas

O PNB per capita no Oriente Médio parou de crescer em 1977 e foi diminuindo a partir de então. Até 1985, havia diminuído em cerca de 10% e estava no nível de 1971. Perdeu-se uma década de desenvolvimento econômico.

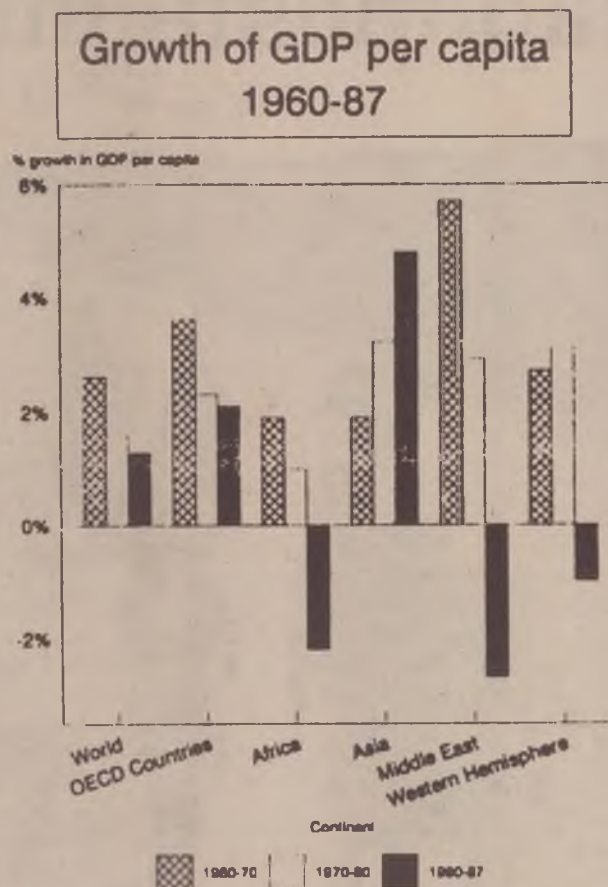
No Hemisfério ocidental, América Latina e Caribe alcançaram seu ponto mais alto em 1980 e retrocederam depois 10 pontos. A recuperação seguinte alcançou apenas 4 pontos antes do começo da nova onda de programas de austeridade na Argentina, Peru, Venezuela e outros países em 1988-89, ficando seis pontos por detrás do nível de 1977, com uma década de desenvolvimento perdida.

Para avaliar de forma mais profunda o impacto destas mudanças, deixaremos de considerar as tendências de desenvolvimento por continentes para estudá-las em termos absolutos. Isto coloca vários problemas de cálculo, especialmente o relacionado com as desvalorizações ou revalorizações das moedas e dos distintos níveis de preços nos diferentes países, que não podem ser comparados sem distorções.

Os estudos mais extensos e confiáveis sobre situações econômicas comparativas são as que utilizam o índice PPP (Parity Purchasing Powers, poderes de compra em paridade) que são cálculos que levam em conta os diferentes níveis de preços. Infelizmente, não se dispõem de dados comparativos para a África e o Oriente Médio que se baseiem nos PPP para um período de tempo extenso.

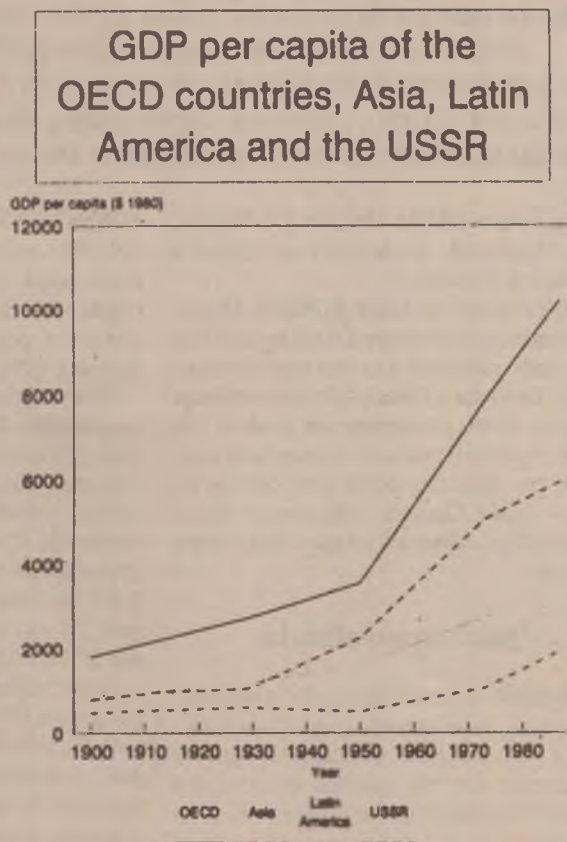
Apesar disso, Angus Maddison pôde calcular dados acumulados para os países da OCDE, Ásia, América Latina e, para comparar, a URSS. Seus dados podem ser considerados confiáveis já que englobam 32 países, que juntos acumulam 85% do PNB mundial e 76% da população mundial.

FIGURA 1
Crecimiento del PNB per cápita entre 1960 y 1987



Source: Calculated from IMF, International Financial Statistics Middle East 1980-88

FIGURA 2
PNB per cápita de los países de la OCDE, Asia, América Latina y URSS



Source: Angus Maddison, The World Economy in the Twentieth Century

PNB per cápita (en dólares de 1980)

O caso da URSS

Tomemos o primeiro intervalo de PNB per capita, tal como é mostrado na tabela 2.

Começamos pela comparação entre a América Latina em 1900 era de cerca de 41,8% e os países da OCDE; em 1913, foi de 44,9%; em 1929, de 44,7%; em 1950, de 45,3%; em 1973, de 35,1%; e em 1987, de 29,7%. Isto é, a América Latina reduziu a diferença do PNB per capita entre 1900 e 1913, manteve ou melhorou um pouco sua situação entre 1913 e 1950 e a partir de 1950 começou a ficar cada vez mais para trás.

No que diz respeito à Ásia, seu PNB per capita foi de cerca de 26,7% daquele dos países da OCDE em 1900; cerca de 24,2% em 1913; 22% em 1929; 14,2% em 1950; 13,5% em 1973 e cerca de 19,1% em 1987. Como se vê, piorou a situação relativa da Ásia com relação aos países desenvolvidos desde 1900 até 1950 - com o principal declínio entre 1930 a 1940 -, ficou estancada ou diminuiu marginalmente entre 1950 e 1973 e melhorou a partir de então. Entretanto, esta melhora não foi suficiente para evitar que a Ásia ficasse em 1987 relativamente mais atrasada com relação aos países industrializados do que estava em 1900-1929; em 1900, o PNB dos mais importantes estados da Ásia era equivalente à quarta parte daquele dos países da OCDE, enquanto que em 1987 era a quinta parte.

O único país importante que reduziu significativamente a diferença entre seu PNB per capita e o dos países industrializados é a URSS. O PNB per capita soviético foi de 38,3% daquele dos países industrializados em 1929. Para 1953, já era de 63,8% apesar da destruição da guerra; subiu então para 64,5% até 1973. A estagnação e a subsequente crise da economia soviética ficaram evidentes, já que depois caiu até cerca de 58,6% entre 1973 e 1987.

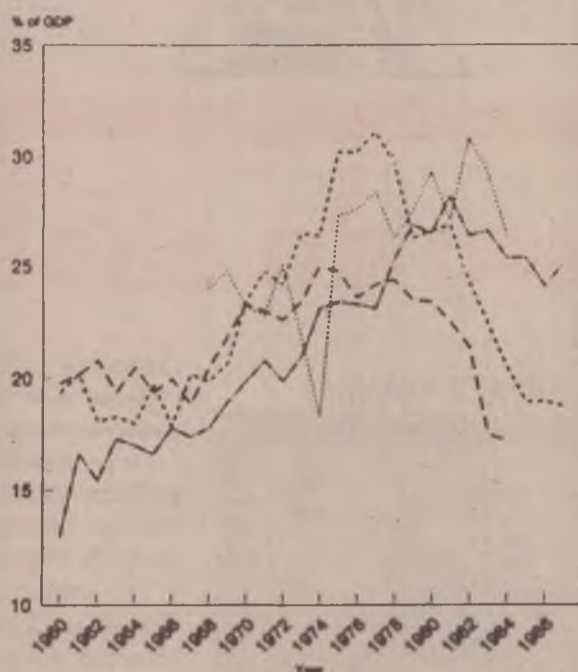
As mesmas tendências são confirmadas pelas cifras do Banco Mundial sobre os PNB per capita, em termos de dólares, por continentes em relação com os países da OCDE. Estes dados mostram que o continente cuja situação piorou mais desde os anos 70 foi a África. O agravamento da situação não foi tão profundo, em termos relativos, na América Latina como na África, mas sim em termos absolutos. A situação relativa do Oriente Médio em PNB per capita em dólares chegou a seu ponto mais alto em 1982 e diminuiu a uma quinta parte até 1987.

Processo acumulativo

O fato de que não se trata de um processo cíclico mas acumulativo fica mais claro se contemplarmos o investimento, já que ele é o motor do crescimento. Os níveis correntes de investimento expressos como porcentagem do PNB são mostrados na tabela 4. Como pode se ver, o investimento na África e na América Latina (Formação Bruta de Capital Fixo) caiu ainda mais dramaticamente que o PNB per capita.

O investimento como porcentagem do PIB diminuiu de cerca de 31% em 1977 para cerca de 19% em 1987, uma redução de 40%. No hemisfério ocidental, diminuiu em 25% em 1974 para 18% em 1987, uma redução de mais de 30%. Só se dispõe de cifras acumu-

FIGURA 3

Formación Bruta de Capital Fijo
como % del PNB

Source: IMF, International Financial Statistics

% del PNB

Estamos ante a maior ofensiva capitalista e o maior processo de empobrecimento desde a Segunda Guerra Mundial.

ladas para o Oriente Médio até 1985, mas já se mostra uma redução de 31% em 1983 para 26% em 1985. Os dados para os países do Oriente Médio indicam que a diminuição a partir de 1985 foi ainda mais substancial.

Se agora procuramos resumir estes dados em relação a seus efeitos sobre a população mundial, teríamos que incluir não somente o PIB per capita mas também a distribuição da riqueza em cada país. Este cálculo é, no entanto, incrivelmente complicado. Portanto, as cifras do PNB per capita devem utilizar-se apenas como guia.

Fazendo cálculos por países e não por continentes, podemos ver três tendências fundamentais no desenvolvimento capitalista.

Primeira: antes de terminar a década de 80, a desigualdade econômica internacional terá chegado a seu ponto mais alto na história da humanidade.

Segunda: o número de países que alcançam o nível dos países industrializados, em termos de PNB per capita, caiu para três quartas partes nos anos 80.

Terceira: o número de países que sofreu uma diminuição absoluta de seu PNB per capita quadruplicou desde os anos 60 e a população de Países que sofreram uma diminuição no mesmo cresceu de 60 milhões a 774 milhões, desde os anos 60, uma cifra que supõe mais do dobro da população atual da Europa Ocidental.

Demonstraremos a seguir estas afirmações.

Com respeito ao desenvolvimento a longo prazo da desigualdade econômica, o estudo de Maddison é o mais minucioso e o que utiliza os melhores dados. Este concluiu: "

O nível médio (do PNB per capita) dos países da OCDE (países industrializados) foi quase cinco vezes maior que o asiático e três vezes maior que o latino-americano em 1900. As diferenças regio-nais tem aumentado desde então ... Em 1987, a diferença entre o país mais pobre e o mais rico foi de 36 para 1, enquanto que em 1900 a diferença foi muito menor, isto é, de 8 para 1.

Opulência e miséria

A situação para os países mais pobres,

sobre os quais não existem dados para os últimos noventa anos, é ainda mais extrema. Ao contemplar o período mais recente, a ONU, em seu informe sobre a Economia Mundial de 1989: "A diferença entre eles (os países mais pobres) e os países ricos tem aumentado. A renda per capita nos países industrializados é em torno de cinquenta vezes a dos países menos desenvolvidos."

Estudo elaborado pelo Banco Mundial, utilizando como padrão o dólar, sobre o período de pós-guerra estabeleceu que 1967 a diferença entre o PNB per capita entre o país mais rico, os Estados Unidos, e o país, então, mais pobre, Ruanda, foi de 82 para 1. Para 1987, a diferença entre o país mais rico (ainda os Estados Unidos) e o mais pobre, Etiópia, havia aumentado a 130 para 1.

Passando ao aspecto da melhoria ou piora da situação global, é necessário afirmar que o número de países em vias de alcançar o nível do PNB dos países industrializados, contabilizado em dólares, foi de 24 no período 1967-70, passou a 35 em 1970-80 e se precipitou em 1980-87, voltando apenas a 14. A cifra da população incluída nestes países mudou ainda mais dramaticamente, aumentando de 530 milhões em 1967-70 para 604 milhões em 1970-80, mas caindo brutalmente depois, nos anos 1980-87, para os 167 milhões.

Em resumo, os Países Recentemente Industrializados, que em termos relativos estão alcançando aos países industrializados, não mostram um caminho a seguir para os outros, mas aparecem como exceção à regra. Aparte o "milagre" das economias da Ásia Oriental, o número de países que melhoram sua posição relativa em comparação com os países industrializados diminuiu dramaticamente e, principalmente, se compõem de alguns poucos Estados que estão recebendo ajudas massivas do estrangeiro (Egito), que estão se recuperando de catástrofes econômicas (Somalia) ou com economias pequenas e muito especializadas (Bahamas, Barbados, Seychelles, Oman, San Vicente).

Tendências à barbárie

Finalmente, pode se dizer que não é a posição relativa o que conta, senão os níveis de vida absolutos.

De acordo com os dados da Organização para a Cooperação, o Comércio e o Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD), em sua pesquisa de 1989, a situação é a seguinte: de 1960 a 1970, 13 países com uma população total de 60 milhões de pessoas, o que equivale a 2,7% das economias capitalistas, estavam sofrendo quedas em seu PNB per capita. (Tabela 4 e Quadro 1).

De 1970 a 1980, esta tendência se ampliou para 26 países, com uma população total de 189 milhões, o que constitui 7% da população total dos países industrializados. De 1980 a 1987, alcançou a 59 países com uma População total de 774 milhões (24,4% da população dos países capitalistas).

Isto nos permite sintetizar a situação da economia capitalista mundial desde o princípio dos anos 80 enquanto a sua influência nos níveis de vida da população dos países capitalistas. Sua mais importante característica é o enorme aumento (o dobro) da proporção dos que, ou estão perdendo mais com respeito aos níveis de vida dos países imperialistas ou estão padecendo quedas absolutas de seu nível de vida.

Somando estas duas categorias, esta proporção creceu de 47% da população do mundo capitalista em 1967-70 a 71% em 1980-87.

O desenvolvimento desta última fase do capitalismo está claro. Longe de entrar de uma nova fase progressista de liberalismo, o capitalismo desenvolveu suas tendências mais bárbaras desde o período 1930-40. A economia mundial deixou de avançar como um todo relativamente orgânico para começar um assalto sem precedentes ao Oriente Médio, à África, e à América Latina com uma onda de empobrecimento em termos relativos e, pela primeira vez desde 1945, um aumento enorme do empobrecimento em termos absolutos.

CUADRO 1

	Población de los países de la OCDE ^a	Población de los países de la OCDE que aumentaron su PNB per capita	Población de los países que disminuyeron su PNB p.c. en relación a los países de la OCDE ^b	Población de los países en que bajó el PNB p.c.
	millones	millones	millones	millones
1960-70	662	530 ^c	979 ^c	60
1979-80	717	604	1192	189
1980-87	743	167	1492	774

a. Datos del FMI.

b. Excluidos los que sufrieron un retroceso absoluto del PNB per capita.

c. 1967-70

Fuente: Población y PNB per capita calculados por el FMI. Estadísticas financiera internacionales. El PNB per capita relativo está calculado según las Tablas Mundiales del Banco Mundial.

IMPRESSO



A vertigem do capital

Nem a mera crônica dos fatos nem a abstração que não retorna ao real: os 33 ensaios encadeados na sequência dos anos setenta e oitenta do livro *A crise do capital - Os fatos e sua interpretação marxista*, de Ernest Mandel, vão construindo veios analíticos assentados em tal evidência empírica, em uma coleta de dados tão universal quanto minuciosa, que espanta. O livro foi editado conjuntamente pela Ensaio e pela Universidade de Campinas.

As fontes incluem os mais prestigiosos diários e publicações especializados na cobertura econômica da atualidade mas são captadas por matrizes teóricas clássicas do marxismo. O resultado é uma visão em profundidade e em panorama da evolução contemporânea do capitalismo que certamente traz contribuições inestimáveis ao debate dos socialistas brasileiros.

O capítulo XXV, por exemplo, que debate as várias polêmicas no campo do marxismo sobre as crises periódicas e o ciclo industrial tem uma feição marcadamente teórica. Mas encaixa-se, como coluna, em outros ensaios que são orientados para a apreensão de cenários específicos do mundo capitalista.

Linhas de interpretações

O esforço do autor está orientado para explicar as raízes das duas recessões generalizadas de 1974/75 e 1980/82 e prever o desenvolvimento das contradições que deram origem a estas recessões. O último ensaio publicado analisa o crash da Bolsa de Nova Iorque de outubro de 1987.

É assim que são construídas linhas de interpretações que vão alinhavando a totalidade orgânica do capitalismo.

Os capítulos IX e XXXII abarcam o fenômeno da concorrência interperialista, com o questionamento da hegemonia econômica americana pela Alemanha e pelo Japão, com a consequente disputa de fatias de um mercado internacional relativamente estagnado. O capítulo XXXII especialmente abarca a

ERNEST MANDEL



A CRISE DO CAPITAL

Os fatos e sua interpretação marxista

relação desta disputa de hegemonia com a crise monetária. Mostra no capítulo XVI, por sua vez, como esta crise monetária está na raiz da valorização do ouro no mercado mundial.

O capítulo introduz uma trilha de análise especialmente importante: o fenômeno da super-produção de mercadorias nos principais ramos industriais. Esta super-produção gera, em contra-partida, uma tendência estrutural à queda de investimentos e o movimento cada vez mais forte do capital em direção à especulação, notadamente financeira.

O mesmo processo de super-produção é analisado em relação a agricultura, no capítulo XVII, inclusive com o estímulo governamental à diminuição da produção como forma de sustentar o preço. A irracionalidade capitalista, o caráter anti-social da dinâmica do capital adquire aqui uma nitidez revoltante quando se sabe que este estímulo à subprodução de alimentos convive com a fome de centenas de milhões de seres humanos.

A relação da economia dos países dependentes com o processo recessivo do capitalismo é analisado no capítulo VIII.

O capítulo XXIX esclarece os mitos e realidades da dívida externa e sua inserção no circuito financeiro do capital.

Os capítulos XV e XXXI discutem um tema colocado no centro da conjuntura internacional: o processo de unificação da Europa capitalista.

Três capítulos são dedicados ao estudo da relação das economias dos países não-capitalistas com a dinâmica recessiva. Analisa-se, de um lado, a reinserção da China no mercado mundial e os desastres da economia planificada burocraticamente na Polônia.

O capítulo XXIII, por sua vez, é dedicado aos chamados "tigres asiáticos", os países que montados no investimento externo montaram economias agressivamente voltadas para a exportação e que tanto servem de referência aos ideólogos do neo-liberalismo na América Latina.

Por fim, o capítulo XXVII, discute as várias alternativas de resposta operária à crise econômica, em aberta polêmica com a visão social-democrata de o que melhor caminho seria geri-la.

Lacunas

O que resulta de toda esta construção analítica é um desmentido fundamento à idéia de uma perspectiva idílica e saudável para o futuro do capitalismo. Mesmo a sua expansão, suas "vitórias" - por exemplo, a retomada após as conjunturas recessivas têm sido feitas através de uma dinâmica marcadamente financeira - são conquistadas à custa do agravamento de contradições.

O livro não analisa processos mais recentes como a crise do Leste Europeu e principalmente a unificação da superpotência alemã, a continuidade expansiva da economia capitalista mesmo após o crash de outubro de 1977. Lança ainda pouca ênfase ao intenso processo de introdução de novas tecnologias, reorganização do trabalho e aumento de produtividade. Mas certamente nem mesmo estes fatos mais recentes ou processos pouco analisados podem ser profundamente compreendidos sem a massa analítica e informativa que *A crise do capital* nos traz.

Publicado agora no Brasil um estudo monumental que analisa as contradições e impasses do capital que a ideologia neo-liberal, anestesiada pelos próprios sucessos, nega.